

DIGITAL

FB

São Paulo | junho de 2021 | nº 6243

ASSEMBLEIA DE

PRESTAÇÃO DE CONTAS DIA 24



A deliberação por parte dos sindicalizados sobre o exercício de 2020 ocorrerá de forma virtual, através do link assembleia.spbancarios.com.br, que estará funcional entre 19h e 21h do dia 24 (quinta-feira). Para votar, o sindicalizado precisa preencher sua matrícula funcional, CPF e data de nascimento.



SUMÁRIO

Relatório da Diretoria	5
Campanha 2020	10
Banco do Brasil.	12
Caixa Federal	17
Bradesco.	23
Itaú Unibanco	25
Santander	29
Afubesp	34
Financiários	34
1º de Maio	34
Igualdade de Oportunidades	35
Bloco dos Bancários	37
Outros Atos Relevantes	37
Travessia	38
Comitê Betinho	38
Bancredi	39
Sindicato Cidadão	39
Internacional	43
Desempenho Social.	46
Gestão Financeira	53
Agradecimento	56
Demonstrações Contábeis	57
Parecer do Conselho Fiscal	67
Edital	68





Ivone Silva

Presidenta do Sindicato

2020 foi um ano que exigiu do Sindicato muito trabalho, luta e também transformações. Mesmo com grande parte dos bancários trabalhando de casa - uma conquista da nossa categoria, a primeira a pressionar o setor patronal a adotar medidas de proteção - conseguimos utilizar a tecnologia para mobilizar os trabalhadores. Fizemos uma Campanha Nacional vitoriosa, garantindo as cláusulas da nossa CCT até 31 de agosto de 2022, reajuste de 1,5% sobre os salários em 2020, mais abono de R\$ 2 mil; e reposição da inflação mais aumento real de 0,5% sobre salários e demais verbas em 2021; realizamos a eleição da nossa diretoria; fizemos a luta em defesa dos bancos públicos; e também fechamos importantes acordos de teletrabalho. Tudo de forma virtual, com muito trabalho, criatividade e engajamento de bancários e bancárias. Agora, de forma transparente e democrática, apresentamos o balanço de 2020 para debate e deliberação dos associados”



Maria Rosani
Secretária de Finanças
do Sindicato

“Respeitando um dos principais pilares da atuação do Sindicato, a transparência, apresentamos um balanço detalhado, de forma com que os associados tenham total consciência da forma criteriosa e responsável como é feita a gestão dos recursos na luta pelos direitos da categoria e por uma sociedade mais justa para todos”

Confira a seguir o **relatório da diretoria**, com um resumo das principais atividades do Sindicato ao longo de 2020, as **demonstrações contábeis**, o parecer do Conselho Fiscal e o edital de convocação para a assembleia de prestação de contas.





Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região **EUT**

www.spbancarios.com.br



/spbancarios



@spbancarios

CNPJ 61.651.675/0001-95

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da Diretoria com as Demonstrações Financeiras do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, que destaca as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano.



O período de 2020 entrou para a história como um ano de lutas e conquistas.

Não dá para falar da atuação do Sindicato em 2020 sem falar na luta dos bancários durante a pandemia do Coronavírus (Covid-19). A categoria foi uma das primeiras a se mobilizar e a pressionar o setor patronal a adotar medidas de proteção aos trabalhadores e clientes. Desde fevereiro, quando o Brasil teve confirmado os primeiros casos, as entidades representativas, reunidas no Comando Nacional dos Bancários, estão em contato e realizando frequentes negociações com a Fenaban (federação dos bancos), conforme recomendações de organizações nacionais e internacionais, como a Organização Mundial

NÃO DÁ PARA FALAR DA ATUAÇÃO DO SINDICATO EM 2020 SEM FALAR NA LUTA DOS BANCÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

de Saúde (OMS), para promover a proteção da categoria. A atuação das entidades resultou na criação de um comitê bipartite de crise para o acompanhamento e implementação de comunicação preventiva em todos os locais de trabalho. Avançamos e conseguimos o home office para grande parte da categoria; o contingenciamento de acesso às agências; a redução do horário de atendimento; o acordo de suspensão das demissões nos bancos privados; a adoção de protocolos em caso de contaminação (como fechamento de agências e quarentena para quem teve contato com o trabalhador adoecido); o rodízio de equipes nas agências; o afastamento dos bancários que estavam no grupo de risco, entre muitas outras conquistas.

Por conta da pandemia, muitos trabalhadores ficaram em home office, mas a demanda nas agências não diminuiu, sobrecarregando os bancários, principalmente






após as demissões ocorridas nos três maiores bancos privados (Itaú, Bradesco e Santander). Tivemos uma luta diária, em defesa da vida. Como se não bastasse a pandemia, muitos bancos aumentaram as cobranças abusivas por metas em meio a um cenário de paralisia econômica. Neste cenário houve aumento de casos de doenças mentais e comportamentais, o que mobilizou o Sindicato e o Comando Nacional a reivindicar, durante todo o ano, a manutenção dos empregos e melhores condições de trabalho.

Foi um ano também com forte mobilização sobre a importância da sindicalização pela manutenção dos direitos e empregos. A atuação do Sindicato foi essencial para a reintegração de funcionários de todos os bancos. Foram feitas inúmeras campanhas nas redes sociais, agências e locais de trabalho, com o apoio de diversas entidades nacionais e internacionais, alertando sobre o fechamento de postos de trabalho e demissões no setor.

Fortalecemos nossa luta em defesa dos bancos públicos, após sucessivos ataques ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, por parte do governo federal e dos diretores das instituições. Em função da pandemia, em abril, enviamos ofícios com uma série de reivindicações ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica, solicitando a suspensão, até a normalização das atividades funcionais e o fim do estado de calamidade pública no país, dos descomissionamentos e de processos administrativos disciplinares e demissionais que estivessem em curso nos bancos. E a ampliação das linhas de





DESDE O DIA 10 DE AGOSTO DE 2020, POR MEIO DE UMA PARCERIA ENTRE O SINDICATO E DIVERSAS ENTIDADES, A QUADRA FOI UTILIZADA PARA A PRODUÇÃO DE REFEIÇÕES E DISTRIBUIÇÃO, DE CERCA DE MIL MARMITAS E SOPAS ARRECADADAS A PARTIR DE DOAÇÕES DE EMPRESAS, ENTIDADES E PESSOAS FÍSICAS.

crédito a empresas afetadas pela pandemia, bem como a suspensão dos atendimentos nas agências até a normalização e regulamentação da concessão das medidas citadas, limitando o atendimento presencial às situações emergenciais. Por fim, foi solicitado que os bancos discutissem com o movimento sindical a operacionalização dos atendimentos e cumprimento de tais medidas.

A quadra dos Bancários, em São Paulo, palco de lutas históricas da categoria bancária e de grandes eventos, virou mais um símbolo da luta contra a fome para as pessoas em situação de rua e também aquelas que foram afetadas pela crise do coronavírus. Desde o dia 10 de agosto de 2020, por meio de uma parceria entre o Sindicato e diversas entidades como a Rede Rua, a quadra foi utilizada para a produção de refeições e distribuição, diariamente, de cerca de mil marmitas e sopas arrecadadas a partir de doações de empresas, entidades e pessoas físicas. A ação ocorreu por meio da campanha Bancário Solidário, criada em março, durante a pandemia, para que bancários pudessem fazer doações financeiras, de alimentos e roupas. O Sindicato também instalou um bebedouro com água e sabão para uso livre na Rua Tabatinguera, próxima da Praça da Sé, em São Paulo, para estimular a higienização pessoal e fornecer água potável a quem precisasse.

O Sindicato se mobilizou em 2020, alertando a população sobre o



desmonte promovido pelo governo. Foram feitas campanhas e esclarecimentos, com os nomes e fotos de parlamentares e sua intenção de voto contra os trabalhadores, com dados que desmentiam informações oficiais e retirada de direitos, em diversas Medidas Provisórias (como a MP 905 e 927) que visavam a flexibilização das relações de trabalho. Realizamos também campanhas alertando sobre a importância do voto e de eleger políticos comprometidos com a classe trabalhadora.

Pela primeira vez na história da entidade, elegemos a nova diretoria virtualmente. Mesmo em tempo de pandemia, os bancários e financeiros de São Paulo, Osasco e região deram um exemplo de democracia, ao participarem massivamente da votação virtual que elegeu, em junho, a Chapa 1 para comandar o Sindicato por três anos, com a aprovação de 94% dos votos válidos. A chapa 1 foi formada por dirigentes da CUT, CTB e Intersindical. A eleição ocorreu de forma virtual, por meio de link disponibilizado no site da entidade. E ainda com três terminais de votação na sede, Regional Paulista e Regional Osasco, para os sócios que estivessem sem acesso à internet. A posse da nova diretoria aconteceu dia 06 de junho.

PELA PRIMEIRA
VEZ NA HISTÓRIA
DA ENTIDADE,
ELEGEMOS A
NOVA DIRETORIA
VIRTUALMENTE.



Sindicato dos Bancários e Financeiros
de São Paulo, Osasco e Região CUT

NA LUTA COM VOCÊ

GARANTIR E PROTEGER



Com o tema Na Luta com Você, a Campanha Nacional Unificada 2020 foi realizada com atos, mobilizações e negociações de forma virtual, devido à necessidade do isolamento social. A 22ª Conferência Nacional dos Bancários aconteceu no mês de julho e definiu como prioridades a defesa dos direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); dos bancos públicos e sua função social; do emprego; contra o fechamento de agências e departamentos; pela regulamentação da jornada de Teletrabalho; Saúde e condições de trabalho; defesa da democracia, entre outros itens. A pauta de reivindicações foi entregue à Fenaban (federação dos bancos) no dia 22 de julho.

Um dos desafios da Campanha Nacional foi o fim da ultratividade, princípio que garantia a manutenção das cláusulas da CCT até a assinatura de uma nova convenção. Importante lembrar que o tema sofreu ataques com a reforma trabalhista em novembro de 2017 e foi motivo de debate por parte do governo federal. Exemplo disso é que depois de o Congresso Nacional aprovar novamente a ultratividade em julho de 2020, junto ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o governo vetou o retorno dela.

Foram quinze rodadas de negociação, com informes diários para a categoria, mostrando com transparência todas as dificuldades na mesa de negociação. No início, os bancos queriam cortar direitos: apresentaram três propostas de PLR que reduziam os valores distribuídos aos bancários em até 48%; queriam cortar a 13ª cesta alimentação e diminuir a gratificação de função de 55% para 50%. A mobilização da



categoria conseguiu reverter essas propostas rebaixadas com muita criatividade: tuitaços e manifestações nas redes sociais, atos e carreatas. A Campanha Nacional Unificada de 2020 entra para a história como uma das mais difíceis em função da conjuntura política e econômica totalmente desfavorável. Dia a dia nos mobilizamos nas redes sociais e essa pressão foi determinante para o avanço em inúmeras cláusulas, mas principalmente no compromisso em manter o que conquistamos após décadas de luta. Assembleias em bancos públicos e privados, em todo o país, aprovaram as propostas, com reajuste de 1,5% sobre os salários em 2020, mais abono de R\$ 2 mil; e reposição da inflação mais aumento real de 0,5% sobre salários e demais verbas em 2021

Com a aprovação, a categoria teve aumento real acumulado entre 2004 e 2020 de 21,33% nos salários e 42,87% no piso com a garantia da manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), válida em todo o Brasil. O impacto da campanha dos bancários se traduziu em maior capacidade de consumo, elemento fundamental para a economia. A Campanha Nacional dos Bancários 2020 injetou na economia R\$ 8,1 bilhões, somando o reajuste nos salários, vales e a PLR.



**NO INÍCIO,
OS BANCOS
QUERIAM CORTAR
DIREITOS:
APRESENTARAM
TRÊS PROPOSTAS
DE PLR QUE
REDUZIAM
OS VALORES
DISTRIBUÍDOS
AOS BANCÁRIOS
EM ATÉ 48%;
QUERIAM CORTAR
A 13ª CESTA
ALIMENTAÇÃO
E DIMINUIR A
GRATIFICAÇÃO DE
FUNÇÃO DE 55%
PARA 50%.**

O SINDICATO ATUOU DURANTE TODO O ANO CONTRA A REESTRUTURAÇÃO NO BANCO DO BRASIL E O FECHAMENTO DE CENTENAS DE AGÊNCIAS NO PAÍS E O CORTE DE MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO. A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL FOI FUNDAMENTAL CONTRA O DESMONTE DOS BANCOS PÚBLICOS E NA ORIENTAÇÃO DOS BANCÁRIOS E CLIENTES SOBRE AS MUDANÇAS IMPOSTAS PELA DIREÇÃO DO BANCO.

No início do ano, o BB anunciou uma série de medidas que alteravam a forma de remuneração na instituição. As mudanças no plano de carreira e salários dos funcionários, anunciadas pelo BB, tinham como objetivo reduzir, em média, 18% o valor de referência (VR) das gratificações e a extinção de cargos. Além disso, a direção do banco extinguiu o acréscimo salarial na ascensão do módulo básico para o avançado, o que revoltou bancários da rede de agências e unidades de negócios. Mais uma vez, o banco anunciou as mudanças ao mercado e em comunicado direto aos funcionários, desconsiderando o acordo de que as mudanças devem ser debatidas primeiro com a representação dos trabalhadores. Em resposta, o movimento sindical se mobilizou contra a reestruturação imposta pela direção do banco público. Os funcionários do Banco do Brasil fizeram dias de mobilização contra os desmontes promovidos pelo governo federal contra o banco. O calendário incluiu um dia de luta, mobilização nas redes sociais, consultas e reuniões com os trabalhadores e ainda um ato com as centrais sindicais contra os ataques.

Desde os primeiros casos registrados durante a pandemia, o movimento sindical cobrou posicionamento do banco para



seguir recomendações sanitárias e a implementação de comunicação preventiva em todos os locais de trabalho. Em março, após cobrança do movimento sindical, o banco divulgou o primeiro comunicado aos funcionários com orientações e dicas em relação à pandemia do coronavírus. O comunicado destacou a “quarentena profilática para viajantes oriundos dos 4 países (China, Irã, Itália e Coreia do Sul). E recomendou “afastar temporariamente do trabalho os casos suspeitos, que são aqueles em que as pessoas apresentam sinais e sintomas (coriza, dor de garganta, febre, tosse, dificuldade de respirar) e esteve em país onde há circulação do vírus ou teve contato próximo com caso suspeito ou confirmado”.

Durante o ano, depois de ser cobrado pelo Sindicato por ter anunciado medidas insuficientes para conter a pandemia de coronavírus entre os trabalhadores,

o Banco do Brasil divulgou outras orientações para os funcionários, como o home office para grávidas e grupo de risco; orientou gestores de unidades voltadas para o atendimento ao público a priorizar os serviços de abastecimento e funcionamento de todos os terminais das salas de autoatendimento e a realização do atendimento presencial somente em casos essenciais.

Em abril, o Banco do Brasil alterou, de forma unilateral, as

regras para os funcionários que estavam afastados ou em home office por conta da pandemia. A decisão do banco seguiu orientação do Governo Federal, através da Medida Provisória 927, prejudicando os trabalhadores, criando inclusive um banco de horas negativo para ser compensado futuramente. O movimento sindical reagiu e conquistou acordo que garantiu proteção aos direitos dos funcionários, ameaçados pelas medidas provisórias editadas pelo governo Bolsonaro durante a pandemia. No dia 29 de abril, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a eficácia de dois artigos da MP 927, caracterizando, assim, a contaminação pelo coronavírus como doença ocupacional.

No mês de junho, a Comissão de Empresa dos



Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) se reuniu com o banco reivindicando a padronização dos protocolos de sanitização e saúde dos funcionários, banco de horas negativo, férias compulsórias, metas e flexibilização do horário. Outros itens foram discutidos como a sanitização das unidades, protocolos de afastamentos de funcionários com suspeita de contágio e casos confirmados, assim como dos colegas que tiveram contato com eles, e a cobrança de metas. O movimento sindical conseguiu reverter uma orientação interna que estimulava a convocação indistinta de praticamente todos os funcionários para retorno ao trabalho presencial, a partir do dia 27 de julho.

O desrespeito aos funcionários e às suas representações sindicais foi constante pela direção do BB durante todo o ano de 2020. Em junho, a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) recebeu denúncias que o banco procurou alguns

funcionários para fazer uma pesquisa sobre a relação com os superiores, a carga de trabalho, a remuneração e o posicionamento em relação a sindicalização e possível greve, em uma prática assediadora e antissindical.

O Sindicato também se posicionou contra as declarações públicas do presidente do BB. O presidente, Rubem Novaes, em diversas declarações à imprensa, atacou a instituição pública, e ressaltou a importância de sua privatização. Entre as declarações polêmicas, o presidente do BB disse no final de janeiro, durante evento promovido pelo banco Credit Suisse, em São Paulo, que “os bancos públicos têm dificuldade de reter talentos”; em março criticou as medidas de isolamento social que vêm sido empregadas por boa parte dos governadores do país no combate à pandemia de coronavírus: “quem impede



a produção, comércio e circulação de mercadorias será responsabilizado por possíveis prejuízos econômicos.” Em junho, Rubem Novaes voltou a atacar a instituição pública a qual foi designado para comandar. Na Comissão Mista de Acompanhamento das Medidas de Combate à Covid-19, quando perguntado o motivo da privatização, Novaes usou como justificativa as mudanças que o Banco Central está propondo para o setor bancário e alegou travas do setor público. “A porta de entrada do Banco do Brasil é o concurso para escriturário (...) Essas transformações todas que serão necessárias não poderão ser feitas, ou serão feitas de maneira pouco adequadas, se nós continuarmos presos às amarras do setor público. É pensando no benefício do banco que eu falo em privatização”.

Após cobrança do movimento sindical, os trabalhadores conquistaram a anistia de 10% do saldo total de horas negativas a compensar; prazo de compensação de horas negativas de 18 meses; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29 de abril para funcionários autodeclarados do grupo de risco e coabitantes (quem mora com pessoas do grupo de risco) que estavam à disposição do banco nessas datas. Além do compromisso de não descomissionamento por desempenho até o final da pandemia e um compromisso público sobre a impossibilidade de descomissionamento por desempenho. Outra conquista da negociação foi a possibilidade de os funcionários que tiveram suas férias zeradas compulsoriamente poderem, ao final da pandemia, tirar abonos, folgas, bancos de horas positivo ou licença prêmio de forma sequencial, ou seja, poderão usufruir de até uma semana de folga combinada com gestor. A proposta foi aprovada após votação em assembleia.

No mês de setembro, os bancários do Banco do Brasil de São Paulo, Osasco e região aprovaram, por 79,45% dos votos, em assembleia virtual, a proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho

**O SINDICATO
TAMBÉM SE
POSICIONOU
CONTRA AS
DECLARAÇÕES
PÚBLICAS DO
PRESIDENTE
DO BB**





DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A REESTRUTURAÇÃO DO BB - 6/2/2020

(ACT) de dois anos, que garantiu reajuste de 1,5% e abono de R\$ 2 mil em 2020, mais ganho real de 0,5% em 2021 sobre todas as verbas. Com a aprovação, todos os direitos clausulados no ACT do Banco do Brasil foram garantidos pelos próximos dois anos. Durante as sete rodadas de negociação e diante da mobilização dos trabalhadores, o BB voltou atrás nas propostas que consistiam na redução da PLR e na diminuição dos ciclos avaliatórios da GDP para descomissionamento.

Os bancários aprovaram com 93,87% dos votos o acordo que regulamentou o teletrabalho no banco pós-pandemia. O acordo, negociado pelo Sindicato e outras entidades representativas, garantiu ajuda de custo para quem atua em mais de 50% dos dias úteis na modalidade de teletrabalho, fornecimento e manutenção de equipamentos e cadeira adequada pelo banco, VR e VA nos termos da CCT, controle de jornada, desconexão, entre outros pontos. A princípio, a proposta era de começar a pagar a ajuda de custo somente a partir de julho, mas, após pressão da representação dos trabalhadores, o BB aceitou começar a pagar assim que os funcionários aderissem ao teletrabalho. Os sindicatos terão acesso aos funcionários que exercem seus trabalhos fora das dependências do banco. ■





CAIXA

DURANTE 2020, O SINDICATO FORTALECEU A LUTA PELA DEFESA DOS DIREITOS, PRESERVANDO OS TRABALHADORES DURANTE REESTRUTURAÇÃO ABUSIVA, GARANTIA DE EMPREGOS, E NA LUTA PELA MANUTENÇÃO DA CAIXA 100% PÚBLICA, DEFENDENDO O BANCO JUNTO À OPINIÃO PÚBLICA E CONTRA A MEDIDA PROVISÓRIA 995 (MP 995).

Nos primeiros meses do ano, a Caixa tentou impor reestruturação desrespeitosa e antidemocrática, sem qualquer negociação com os trabalhadores. O movimento sindical reagiu e enviou comunicado sobre o desmonte da Caixa para prefeitos e vereadores de municípios com mais de 150 mil habitantes e para deputados federais. O Sindicato se mobilizou contra a reestruturação promovida pela direção da Caixa, que ameaçou as carreiras dos empregados e a função pública e social do banco, com atos e protestos (retardamento nas aberturas das unidades e leitura de Carta aos Empregados), além das reuniões nas Superintendências Regionais. Foi enviado ofício à direção da Caixa Econômica Federal reivindicando a suspensão da reestruturação, anunciada pela empresa em 22 de janeiro, e o agendamento de reunião com a comissão de empregados para debater o processo.

Em fevereiro, a direção da Caixa, à revelia das negociações com representantes dos empregados, anunciou o cronograma da reestruturação. Os bancários reagiram e fizeram um Dia Nacional de Luta, com protestos em todas as regiões da cidade. O movimento sindical, através de ação judicial deferiu tutela antecipada suspendendo a aplicação



da reestruturação até que fossem realizadas negociações no âmbito da Mesa Permanente de Negociação. Além disso, determinou que o prazo de adesão dos empregados fosse de no mínimo 15 dias, começando a contar após a conclusão da Mesa Permanente de Negociação. Os protestos se estenderam em março, com o Sindicato, a Apcef-SP e empregados da Caixa em ato em frente ao prédio São

Joaquim, onde está localizada a Gigad-SP, um das áreas que passam pela reestruturação imposta pela direção do banco.

A cobrança pelo fim das metas abusivas também foi constante em 2020. E o Sindicato acompanhou de perto a situação de agências e departamentos da Caixa, cobrando medidas efetivas do banco público. Em março, o movimento sindical conquistou o compromisso do vice-presidente da Caixa de suspender cobranças de metas como, por exemplo, Dia D, desafio do dia e planilha de produtividade. Em julho, o Sindicato e outras entidades reuniram-se com gestores da Superintendência de Rede SP Leste para tratar da cobrança de metas e aplicação do novo protocolo de Covid-19. No dia primeiro de julho, a direção da

Caixa fez uma videoconferência por meio da qual cobrou metas, ignorando as condições de trabalho dos empregados, a recessão econômica e a pandemia. Em resposta a este desrespeito e frente a várias denúncias vindas de toda parte da capital, o Sindicato e a Apcef/SP deram início a uma série de reuniões com gestores para coibir a cobrança de metas abusivas.

Durante a pandemia, o movimento sindical acompanhou de perto a situação de agências e departamentos da Caixa, alertando e reivindicando junto ao banco medidas para proteger a saúde de bancários e clientes. Foi cobrada a presença de segurança desarmado para organizar as filas,



as proteções de acrílico nos caixas e os equipamentos de proteção individual (EPI) para todos os empregados. Em função do pagamento do auxílio emergencial, muitas agências ficaram lotadas e o Sindicato realizou inúmeros protestos, mobilizações e atos, nas agências e redes sociais. Para evitar filas, houve a cobrança para que o atendimento fosse agendado por telefone antes de o usuário se dirigir à agência. Outra reivindicação recorrente foi o fim dos atendimentos aos sábados e a luta contra o enfraquecimento dos protocolos de saúde nas agências.

Em função da falta de organização durante o pagamento do auxílio emergencial, muitos bancários ficaram expostos e alguns foram vítimas de violência. Foi o caso de um empregado da Caixa agredido enquanto fazia a triagem de clientes em busca do auxílio emergencial por conta da pandemia de coronavírus. O caso aconteceu em uma agência do Campo Limpo, bairro da zona sul de São Paulo, região com alta procura pelo saque do auxílio. O Sindicato orientou que fosse emitido uma CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) para o empregado agredido e cobrou seguranças extras nas agências onde ocorrem as maiores filas e aglomerações. Quando começaram os protocolos da pandemia de coronavírus, a Caixa anunciou que faria a contratação de seguranças extras para as agências, mas eles não foram para as regiões periféricas.

Durante o ano, o Sindicato conseguiu a manutenção do rodízio semanal entre os empregados no atendimento



presencial da agência e a continuidade dos empregados das áreas meio no trabalho remoto. O rodízio amenizou a preocupação dos empregados com as imensas filas, o risco de contaminação e a emergência por receber o auxílio emergencial de grande parte da população.

Os trabalhadores reivindicaram maior rigor nos protocolos sanitários, para a diminuição do risco de contágio do vírus. Em março, após reivindicação do Sindicato, a Caixa determinou que empregados do grupo de risco deveriam se afastar do trabalho. E o afastamento em caso de suspeita da doença. Antes da cobrança do Sindicato, o protocolo era acionado apenas em casos de confirmação. O protocolo para casos suspeitos e confirmados determinou o afastamento imediato do empregado; notificação da área de pessoas e superior hierárquico, para avaliação e as providências necessárias para fechamento da unidade e direcionamento da equipe para projeto remoto; comunicação à equipe; quarentena

inicial de 5 dias, podendo se estender para 14 dias; utilização de notebook Caixa ou, se o empregado não possuir, foi permitido uso de equipamento pessoal; agendamento com a logística da higienização da unidade. A direção da Caixa também liberou a utilização da licença-prêmio, além da APIP e antecipação de férias, para afastamento de empregados. O Sindicato cobrou o afastamento de empregados atingidos por medidas restritivas como, por exemplo, pais e mães cuja escola dos filhos estivesse fechada. A partir de junho, a Caixa resolveu abrandar os protocolos de segurança e saúde. E o Sindicato cobrou respostas pelo descumprimento do protocolo, assinado em maio, em pontos essenciais como a atuação referente ao grupo de risco mais abrangente e o afastamento dos trabalhadores terceirizados em caso de contaminação no local de trabalho.

Diversas agências foram denunciadas por falta de protocolos sanitários adequados: em julho, após



intervenção do Sindicato, uma agência da Caixa Econômica Federal no bairro de Perus foi fechada para higienização contra o novo coronavírus, e seus empregados foram afastados para testagem. A unidade localizada na zona noroeste de São Paulo teve cinco casos confirmados de covid-19. A princípio, houve resistência para que todos os trabalhadores fossem afastados, o que só ocorreu após ação do Sindicato.

A luta do movimento sindical, durante todo o ano, foi pela ampliação do teletrabalho.

Em declaração à imprensa, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, chamou a prática do home office de “frescurada”, e o movimento sindical reagiu. Com o aumento no número de casos, após cobranças do Sindicato, a Caixa divulgou comunicado no início do ano liberando 70% dos empregados da rede de agências para trabalho em home office. As agências priorizaram o auto atendimento e o atendimento das agências foi restrito, de forma exclusiva, aos serviços considerados essenciais à população, com abertura antecipada de uma hora das 1.619 agências que estavam com atendimento exclusivo dos clientes no grupo de risco.

A atuação do movimento sindical foi decisiva para garantir que os bancários da Caixa lotados na área Ceset permanecessem em home office. A atuação ocorreu após denúncias de empregados convocados a retornarem ao trabalho presencial, a partir de primeiro de setembro. Diante das denúncias, o Sindicato e a Apcef/SP entraram em contato com a gestão da área e enviaram ofício cobrando a manutenção do teletrabalho. O documento enfatizou o compromisso da Convenção Coletiva de Trabalho estabelecido na mesa da Fenaban durante as negociações da Campanha Nacional 2020, que garantiu o respeito aos protocolos sanitários e de proteção, e a permanência dos trabalhadores em regime de home office durante a pandemia.

**A ATUAÇÃO DO
MOVIMENTO
SINDICAL FOI
DECISIVA PARA
GARANTIR QUE
OS BANCÁRIOS
DA CAIXA
LOTADOS NA
ÁREA CESET
PERMANECESSEM
EM HOME OFFICE**



Também foi conquista da categoria a implantação dos protetores de acrílico nas agências. Mas, durante o ano, o Sindicato realizou diversas denúncias contra a direção da Caixa por pressionar os empregados dos centros administrativos a retornarem fisicamente ao trabalho. A direção chegou ao absurdo de criar o site “queroatender.caixa”, no qual a chefia obrigou suas equipes a se inscreverem “voluntariamente” a fim de quebrar o rodízio das agências.

O Sindicato também denunciou a direção da Caixa por desrespeitar trabalhadores terceirizados. O banco orientou internamente a deixar de pagar os salários dos prestadores de serviços inseridos no grupo de risco para a covid-19 que não estavam presencialmente no posto. Além disso, o banco também abandonou para os terceirizados o protocolo 1, que determinava a quarentena dos trabalhadores em caso de contaminação em agência.

Após longa negociação, a mobilização dos empregados fez com que os trabalhadores conquistassem o Saúde Caixa Para Todos, com a manutenção do seu modelo de custeio; PLR e PLR Social; e todos os direitos previstos no Acordo Coletivo de Trabalho. Também foi garantida a não aplicação do teto até pelo menos janeiro de 2022 e o modelo de custeio do plano de saúde somente poderá ser alterado se houver consenso entre empregados e banco no GT Saúde Caixa (Grupo de Trabalho Saúde Caixa).

No fim do ano, a partir do anúncio de um novo Programa de Desligamento Voluntário (PDV), entidades, movimentos sindicais e associativos de todo o país se uniram e organizaram um ato contra a reestruturação da Caixa, promovida sem planejamento nem negociação com os empregados. A manifestação cobrou mais respeito da direção do banco aos trabalhadores e mais contratações. Dirigentes esclareceram a população sobre a importância dos bancos públicos, entregaram panfletos explicando a situação da Caixa, e fizeram abaixo-assinado virtual em defesa do banco. O protesto atingiu a internet, com um tuitaço, contra a reestruturação e por mais respeito aos empregados. ■





Bradesco

NOS PRIMEIROS MESES DO ANO, O SINDICATO SE MANTEVE ATUANTE EM DEFESA DOS TRABALHADORES E CONSEGUIU REVERTER MUITAS DEMISSÕES, COBRANDO E REIVINDICANDO JUNTO AO BANCO.

Durante toda a pandemia, os dirigentes sindicais atuaram ativamente pela manutenção das medidas de proteção aos trabalhadores. No mês de março, após cobranças do movimento sindical, o banco adotou horário diferenciado nas agências, com revezamento de bancários e contingenciamento na entrada, para evitar aglomerações nas unidades, com agências funcionando das 8h às 10h, somente para atendimento de clientes e usuários preferenciais, como idosos, e das 10h às 14h para demais usuários e controle de acesso às unidades, para evitar aglomerações. E contingenciamento inclusive para uso do autoatendimento. Além disso, o banco realizou campanhas para que clientes utilizassem os canais digitais do banco, para evitar aglomerações fora e dentro das agências. Também adotou, para os funcionários que trabalham nas agências, um regime de rodízio.

O fim da pressão por metas foi uma reivindicação do Sindicato, com a manutenção apenas dos serviços essenciais à população como o saque, o recebimento de benefícios sociais, os desbloqueios de cartões e senhas. Em março, em pesquisa realizada pelo Sindicato, muitos bancários do Bradesco denunciaram a cobrança de metas. De acordo com a pesquisa, 87% dos funcionários do Bradesco afirmaram que as metas não diminuiriam. Do total dos bancários que



participaram do levantamento, metade trabalhava no Bradesco. Por conta do grande número de denúncias, o Sindicato cobrou posicionamento da direção da instituição financeira. Ainda segundo a pesquisa, apenas 14,5% do total de bancários responderam que as metas diminuíram por conta da pandemia. E 76,17% afirmaram que as metas seguiram as mesmas.

O Sindicato também pressionou o Bradesco pela suspensão das demissões neste período de crise. Em abril, o Bradesco se comprometeu com o movimento sindical a suspender as demissões durante o período da pandemia de coronavírus. Mas, desde julho, houve aumento no número de demissões e agências fechadas em todo o Brasil, como parte da estratégia de reestruturação de negócios da empresa. As demissões aumentaram, principalmente após o mês de setembro, com diversos protestos e mobilizações do movimento sindical nas agências e redes sociais.

O Sindicato esteve, durante todo o ano, fiscalizando agências, denunciando algumas unidades para higienização por conta da contaminação, como as agências Oswaldo Cruz, Nações Unidas e Estação Brigadeiro Luiz Antônio. Todos os trabalhadores foram afastados e mantidos em home office.

O SINDICATO PRESSIONOU O BRADESCO PELA SUSPENSÃO DAS DEMISSÕES NESTE PERÍODO DE CRISE.

Em junho, após cobranças do Sindicato, o Bradesco informou que iria começar a testar todos os trabalhadores do banco para o coronavírus. O banco foi o primeiro a adotar a testagem nas agências, em São Paulo e no Rio de Janeiro e, posteriormente, aos trabalhadores em home office.

Após reivindicação da Campanha Nacional, em setembro, os bancários do Bradesco aprovaram (com 93,35% dos votos favoráveis) o acordo de teletrabalho (home office) para o pós-pandemia, com a inclusão de alguns itens importantes como a ajuda de custo, jornada controlada, cursos e fiscalização do Sindicato. O acordo não foi implantado em 2020.





Itaú

EM MARÇO, APÓS COBRANÇA DO MOVIMENTO SINDICAL, O ITAÚ COMUNICOU A SUSPENSÃO DAS DEMISSÕES DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS. MAS DESCUMPRIU O ACORDO PRINCIPALMENTE A PARTIR DE SETEMBRO, COM FORTE REAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL, EM REUNIÕES COM O BANCO, ATOS E CAMPANHAS NAS REDES SOCIAIS. HOVE REAÇÃO TAMBÉM CONTRA A COBRANÇA POR METAS E PELA REALOCAÇÃO DOS BANCÁRIOS.

Em julho, a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com o banco para discutir sobre a transformação de caixas em agentes de negócios. O formato de atendimento começou a ser testado em julho, em São Paulo, e os trabalhadores cobraram esclarecimentos. O movimento sindical reivindicou que todos os caixas sem a CPA-10 tivessem a mesma oportunidade de fazer a certificação, sem nenhuma interferência, com o custo pago pelo banco.

Em agosto, representantes do Sindicato e do Itaú voltaram a se reunir para discutir mudanças de trabalhadores dos polos administrativos do banco. Depois do encerramento das atividades do CA Brigadeiro, o ITM passou por mudanças no SITE 3 e 4. Trabalhadores foram remanejados para o SITE 2 (ITM), CAT, CAP, e CEAB. Houve mudanças também no WTorre. O sindicato cobrou do banco o cumprimento do acordo de banco de horas, sugerindo que os gestores fossem orientados.

Uma das preocupações dos trabalhadores em 2020 foi a manutenção do home office e, após cobrança do Sindicato,



o Itaú anunciou que o banco iria manter o trabalho remoto até o final de janeiro de 2021. Mas, durante todo o ano, o Sindicato atuou e denunciou que trabalhadores do grupo de risco estavam sendo pressionados a voltar ao trabalho. O Sindicato atuou também na defesa dos trabalhadores após muitas denúncias de aumento de metas e cobranças excessivas.

Outra reivindicação do movimento sindical foi a abertura da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) de todos os empregados infectados pelo coronavírus. A

O ITAÚ ANUNCIOU QUE O BANCO IRIA MANTER O TRABALHO REMOTO ATÉ O FINAL DE JANEIRO DE 2021. DURANTE TODO O ANO, O SINDICATO ATUOU E DENUNCIOU QUE TRABALHADORES DO GRUPO DE RISCO ESTAVAM SENDO PRESSIONADOS A VOLTAR AO TRABALHO.

reivindicação foi enviada em ofício à Superintendência de Relações Sindicais e se baseia no fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter reconhecido que a contaminação por coronavírus se caracteriza como acidente de trabalho.

Durante a pandemia, a Comissão de Organização dos Empregados (COE) reiterou a necessidade de protocolos mais rígidos para a realização de testes dos trabalhadores. A testagem aos bancários expostos ao contágio deveria ser realizada com frequência, a cada oito dias, durante o estado de emergência e a pandemia do novo coronavírus. A reivindicação foi estendida aos prestadores de serviço, contratados por empresa terceirizada, presentes no cotidiano do banco, com destaque aos vigilantes patrimoniais e aos

trabalhadores responsáveis pela limpeza e conservação das áreas. A reivindicação do movimento sindical se estendeu durante todo o ano, com a ausência de teste da Covid-19 pelo Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).





DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA AS DEMISSÕES

O Grupo de Trabalho (GT) de Saúde do Itaú voltou a se reunir, em outubro, depois de um longo período de inatividade, por conta da pandemia. A videoconferência começou com a apresentação de denúncias do movimento sindical destacando que muitas pessoas estavam recebendo apenas um salário mínimo, desde março, pois não houve complementação ou adiantamento de salários, nem pagamento dos vales, abonos ou PLR, previstos nas cláusulas 29 e 65 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), para os trabalhadores afastados. Os bancários reivindicaram ainda a volta do debate do programa de retorno ao trabalho e a retomada da discussão do parcelamento da dívida do INSS.

O Sindicato também cobrou a reabertura das negociações com o banco para tratar da dificuldade dos bancários aposentados do Itaú para arcar com os altos valores do plano de saúde. Uma parte conseguiu, por meio de liminares na Justiça, a redução das mensalidades. Contudo, algumas decisões mudaram o entendimento e derrubaram as decisões provisórias. Com isso, o Itaú entrou com ações judiciais cobrando a devolução dos valores retroativos que haviam sido reduzidos por decisões liminares da Justiça. Diante deste cenário, os aposentados procuraram o Sindicato para cobrar a inclusão desta questão na pauta de discussão com o banco.

Em relação ao teletrabalho, no início do ano, o Sindicato se reuniu com o Itaú para negociar o banco de horas dos funcionários que estavam afastados do local de trabalho sem realizar o home office, incluindo aqueles

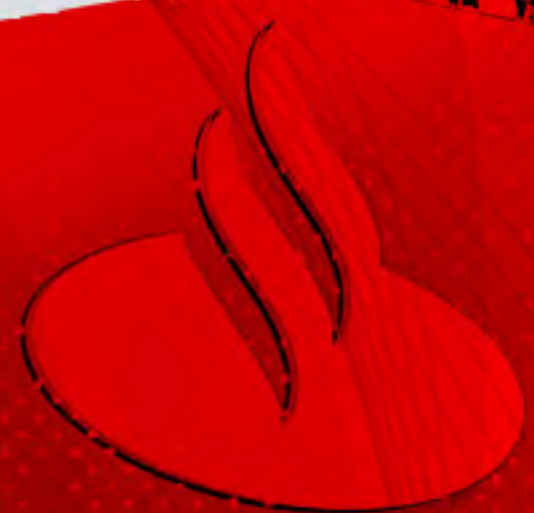


que faziam parte dos grupos de risco, e os que estavam em esquema de rodízio. O banco atendeu a reivindicação e concedeu um bônus de desconto de 10% em cima do total de banco de horas de cada trabalhador. Além disso, o banco de horas começou a contar a partir do dia 1 de maio, após assembleia a ser realizada pelos sindicatos. Com isso, foram abonados todos os dias em que os trabalhadores ficaram em casa, desde o começo da pandemia, até o dia 1/5, cerca de um mês e meio. Outras conquistas importantes da negociação: na demissão sem justa causa o banco de horas não foi descontado do valor a receber; as horas trabalhadas aos sábados, domingos, feriados e horas noturnas foram pagas como horas extras e os funcionários de seis horas tiveram 30 minutos de intervalo e não apenas 15. O banco também forneceu treinamento e equipamento para o trabalho em home office.

Após meses de negociação, no fim do ano, o Sindicato firmou um acordo junto ao Itaú sobre o Teletrabalho, Controle

de Jornada e Quitação das Obrigações do Registro de Ponto dos funcionários. Além do controle mensal do registro de ponto diário, os funcionários tiveram acesso a um termo de quitação de suas horas do ano de 2019. Entre os avanços conquistados estão: o controle da jornada de trabalho com ponto eletrônico; ajuda de custo de R\$ 960, em duas parcelas semestrais de R\$ 480 cada; respeito aos intervalos para refeição e os períodos de descanso; mantidos, integralmente, os vales refeição e alimentação; o vale transporte pago de forma proporcional aos dias em que o funcionário se deslocar a agência ou departamento para o trabalho presencial; o banco também se comprometeu a fornecer o equipamento (computador e cadeira ergonômica). Além do controle mensal do registro de ponto diário, os funcionários puderam acessar um termo de quitação de suas horas semestralmente. ■





Santander

DURANTE TODO O ANO, A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL FOI ESSENCIAL PARA REVERTER AS DEMISSÕES DE TRABALHADORES.

Em fevereiro, o Sindicato conseguiu anular a demissão e reintegrar um bancário de um dos seus centros administrativos que havia sido dispensado pelo Santander. O empregado estava dentro do período de estabilidade pré-aposentadoria, mas, por conta de alguns problemas, não havia comunicado o banco. Em outubro, após intervenção do Sindicato, o Santander também reintegrou uma bancária com deficiência que havia sido demitida sem justa causa durante a pandemia do coronavírus. O artigo 17, promulgado em 6 julho de 2020, cancelou a dispensa de empregados com deficiência sem justa causa enquanto durasse o estado de calamidade decretado pelo governo federal. Em dezembro, o Sindicato também conseguiu a reintegração de uma bancária demitida pelo Santander mesmo estando grávida e em plena pandemia. A trabalhadora foi dispensada em setembro e descobriu sua gravidez 20 dias após a dispensa. Segundo o artigo 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição (ADCT), uma gestante não pode ser demitida já a partir do momento em que a gravidez foi confirmada e até cinco meses após o parto.

Apesar de ter se comprometido com o movimento sindical a não demitir durante a pandemia, o Santander descumpriu o acordo e aumentou a cobrança por metas dos trabalhadores. A pressão pelo cumprimento de metas se transformou em casos de assédio moral em série, provocando o adoecimento dos trabalhadores. Criadas para serem semestrais, as cobranças do novo sistema do banco se tornaram mensais.



O Sindicato reivindicou ao Santander a necessidade de rever as metas e cobranças. E intensificou os protestos nos locais de trabalho onde foram identificadas as práticas abusivas. Paralelamente ao novo modelo de metas, o banco implementou o Santander 5.0, um fórum de boas práticas que gerou questionamentos dos funcionários.

Em junho, bancários do Santander se uniram a clientes do banco e demais trabalhadores para cobrar mais respeito aos brasileiros. A mobilização ocorreu no Twitter, e a hashtag #SantanderRespeiteOBrasil chegou a ser um dos assuntos mais comentados do país. A ação marcou o lançamento da campanha “Santander, quero paz”, contra a série de medidas arbitrárias que o banco adotou em relação aos brasileiros. As principais denúncias dizem respeito ao aumento da cobrança de metas abusivas durante a pandemia; demissões durante a crise; ataque aos direitos previdenciários dos trabalhadores, além das altas tarifas cobradas

dos clientes, entre outras. Em junho, frases de protesto foram projetadas em fachadas de edifícios espalhados pela capital paulista para chamar a atenção para os problemas enfrentados pelos bancários. Só em São Paulo, foram 10 pontos de projeção em diferentes regiões da cidade, com frases de efeito como “Santander, pare com as demissões” e “menos juros, mais créditos”. Houve ainda 19 outras projeções em diferentes cidades espalhadas pelo Brasil, em uma ação conjunta com sindicatos de diversas bases.

Também foi fundamental a atuação do Sindicato na preservação das normas sanitárias dentro das agências. Em julho, o Sindicato precisou intervir para que o Santander afastasse todos os bancários da área de Controles do Radar após um bancário do setor ter sido testado positivo para o novo coronavírus. Após a cobrança, todos os trabalhadores da área que tiveram contato com



ele foram afastados. E os representantes dos bancários reivindicaram que os demais funcionários do terceiro andar também fossem colocados em quarentena, assim como todos os demais que tiveram contato com ele.

O Sindicato também se mobilizou contra a ação do banco que convocou trabalhadores para retornar do home office poucos dias após se comprometer, em mesa de negociação, que não iria tomar este tipo de medida. Os trabalhadores estiveram no Radar Santander para cobrar respeito com os bancários.

Em julho, após reunião realizada com o movimento sindical, o Santander se comprometeu a negociar a

implantação de um banco de horas negativo para os trabalhadores que estavam afastados por conta da pandemia. O Sindicato recebeu denúncias de que o banco estava convocando trabalhadores para continuarem em home office, mediante assinatura de acordo individual com validade de um ano.

Outra atitude antissindical foi registrada em agosto. O banco entrou em contato com trabalhadores que possuíam algum tipo de estabilidade para oferecer proposta de acordo individual de rescisão contratual. O Sindicato cobrou do banco esclarecimentos quanto aos critérios de elegibilidade e quanto ao conteúdo da proposta. Também em agosto, o Santander inaugurou uma empresa de tecnologia da

informação em São Carlos, interior paulista, e transferiu trabalhadores locados no pólo administrativo Geração Digital (GD) sem contratá-los como bancários e sem os direitos assegurados pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. Diante da manobra do Santander, o Sindicato enviou ofício ao banco cobrando esclarecimentos e a

**O SINDICATO
TAMBÉM SE
MOBILIZOU
CONTRA A AÇÃO
DO BANCO QUE
CONVOCOU
TRABALHADORES
PARA RETORNAR
DO HOME
OFFICE POUCOS
DIAS APÓS SE
COMPROMETER,
EM MESA DE
NEGOCIAÇÃO,
QUE NÃO IRIA
TOMAR ESTE TIPO
DE MEDIDA.**



regularização dos trabalhadores que passarão a trabalhar na Santander Tecnologia e Inovação STI.

O Sindicato também reagiu às declarações de dirigentes do banco à imprensa. Em maio, um dia após o Sindicato enviar uma carta à direção do Santander exigindo explicações e rechaçando as declarações de Igor Puga; o executivo pediu desculpas ao movimento sindical e aos trabalhadores do Santander que vieram do Banespa e do Banco Real. Segundo a publicação, Puga teria criticado, em um grupo de WhatsApp, o Sindicato por estar “forçando a barra”, pois a entidade questionou a decisão irresponsável do Santander de promover o retorno ao trabalho presencial de bancários em meio à pandemia. Ele ainda teria chamado de “oportunistas” trabalhadores vindos do Banespa e do Real que “querem ser mandados embora” para receber grandes indenizações.

Após cobrança do movimento sindical, depois de mais de quatro meses de negligência, o Santander finalmente pagou o dinheiro da rescisão e a multa do FGTS de cerca de 300 funcionários demitidos entre novembro e dezembro de 2019 da terceirizada NetWorkBPO – SCOR, que prestava serviço para o banco. O Sindicato, que intermediou as negociações com o Santander, entendeu que o não pagamento dos direitos configura prática ilegal, uma vez que o banco é corresponsável pelo cumprimento dos contratos das empresas que prestam serviços terceirizados. Muitos trabalhadores, além de procurarem o Sindicato, se mobilizaram nas redes sociais cobrando que tanto a terceirizada quanto o Santander arcassem com os seus compromissos.



2020 OITIMED

Após luta sindical, os trabalhadores assinaram a renovação, por dois anos, da íntegra do acordo aditivo (Acordo Coletivo de Trabalho – ACT) à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria. Também ficou estabelecida a renovação do acordo do Programa Próprio de Resultados Santander (PPRS) e os termos de compromisso em que o Santander preserva a manutenção da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco

do Estado de São Paulo (Cabesp) e do Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev). Dentre as conquistas estão: bolsas de graduação e pós; estabilidades; licenças e vários outros direitos. O texto foi construído com base na consulta realizada com bancários, que opinaram sobre as pautas prioritárias que deveriam ser levadas ao processo negocial. Com base na pesquisa, foi incluída, na cláusula quinta, a reivindicação de apoio a cursos de atualização, extensão, congressos, seminários e workshops. Uma das prioridades colocadas em pauta foi a isenção total de tarifas para os trabalhadores do Santander, incluída na cláusula 7ª da minuta. Somada à isenção de tarifas, os bancários cobraram também a preservação de direitos já garantidos no acordo atual, assim como a ampliação de novas garantias. Outro ponto de entrave na negociação foi a questão do reajuste do Programa de Participação dos Resultados do Santander (PPRS). Os trabalhadores propuseram que a correção precisa refletir o mesmo aumento do lucro do banco, que cresceu mais de 100% nos últimos 5 anos, ao passo que a PPRS teve reajuste de apenas 20%. Também foi discutido na reunião o financiamento, por parte do Santander, da capacitação profissional dos seus quadros.

Os bancários do call center do Santander aprovaram o acordo aditivo que estabeleceu uma jornada especial para o teleatendimento. O acordo prevê garantias como as pausas durante a jornada, que são essenciais para quem exerce esse tipo de função, de teleatendimento. Entre as cláusulas do acordo estão a que estabelece as pausas Extra Break, de 10 minutos, e Break, de 20 minutos, ambas descontadas da jornada de 6 horas, e a cláusula que prevê folga referente. ■

OS BANCÁRIOS
DO CALL CENTER
DO SANTANDER
APROVARAM O
ACORDO ADITIVO
QUE ESTABELECEU
UMA JORNADA
ESPECIAL PARA O
TELEATENDIMENTO.



AFUBESP

Em 2020 foi eleita a “Chapa 1 – Afubesp Somos Nós, Sempre na Luta” para estar à frente das ações da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp (Afubesp) pelos próximos quatro anos, com 98,24% dos votos.

1º DE MAIO

Os atos de 1º de Maio tornaram-se manifestações de resistência e luta, em defesa dos direitos e da democracia foram realizados online, com a presença de políticos e artistas.

FINANCIÁRIOS

Os financiários fecharam acordo de dois anos que mantém todos os direitos previstos na CCT da categoria. Em 2020 tiveram reajuste de 1,13% (que corresponde a 55% do INPC, do período entre 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020) sobre salários, mais abono de R\$ 1 mil para todos; e reajuste integral do INPC (correção de 2,05%) sobre demais verbas, como VA e VR. Para 2021, houve o reajuste nos salários, inclusive os de ingresso, e demais verbas de natureza econômica pelo INPC integral (acumulado entre 1º de junho de 2020 a 31 de maio de 2021). A regra da Participação dos Lucros e Resultados (PLR) ficou mantida em 2020, com reajuste integral do INPC (acumulado entre 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020) sobre os valores fixos e tetos da PLR. Para 2021, ficou acordado a criação de um grupo de trabalho, até novembro de 2020, para discutir eventuais alterações no modelo atual de PLR.



IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

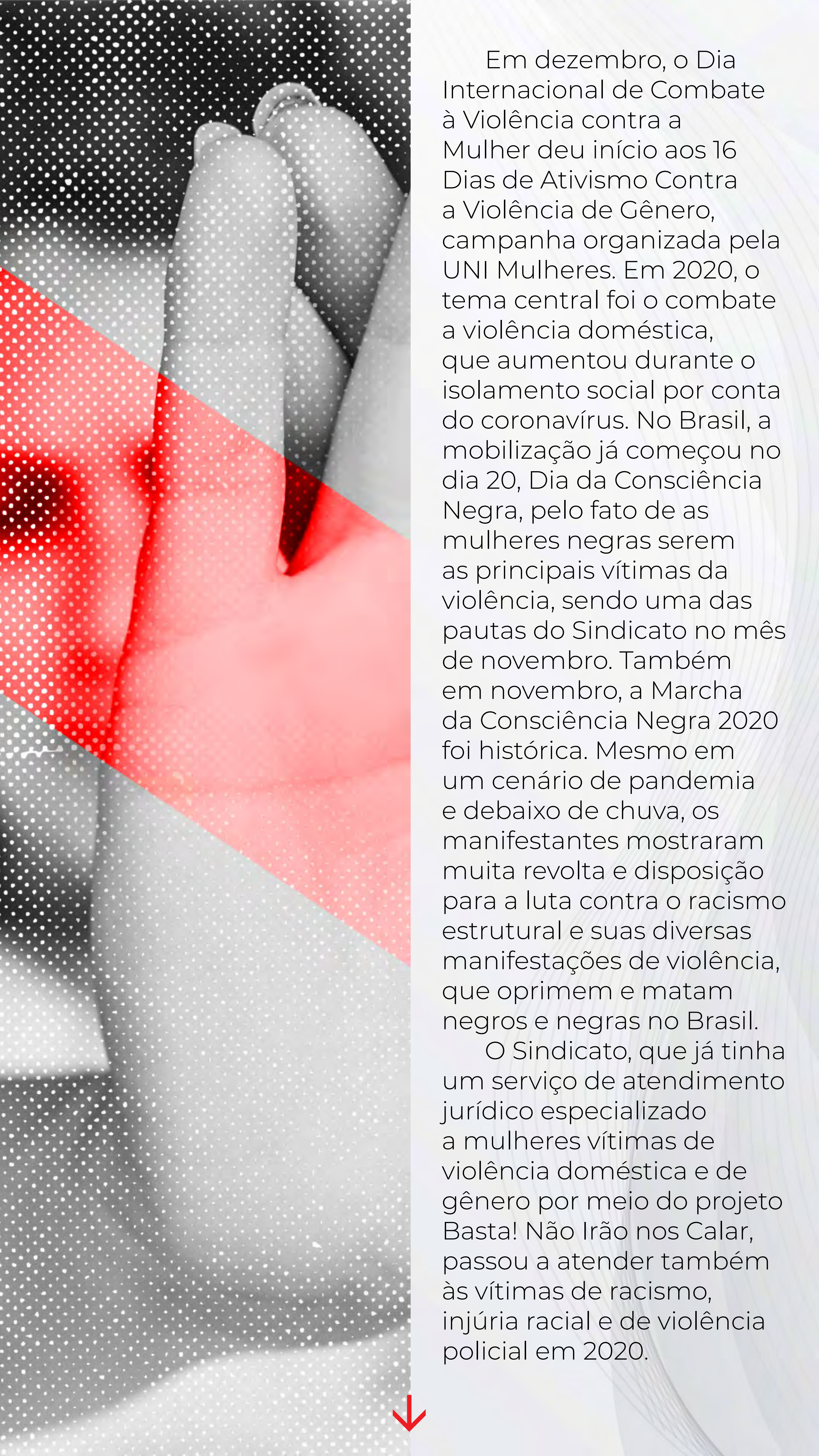
Durante todo o ano, o Sindicato denunciou casos de racismo, homofobia, violência contra a mulher e todo tipo de discriminação, reforçando a importância da luta por igualdade de oportunidades.

Em janeiro, após um caso de racismo ter sido registrado em uma agência do banco Itaú no Rio de Janeiro, o Sindicato se posicionou sobre as normas de procedimento e inspetoria dos bancos e a importância da igualdade de oportunidades nas instituições financeiras. Uma esteticista e influenciadora digital foi desbloquear um cartão e sacar, mas acabou levada à delegacia pela Polícia Civil, acusada de fraude. O banco negou o racismo e disse que seguiu um procedimento padrão em casos de suspeita de fraude. O Sindicato denunciou que o banco poderia ter pedido outros documentos, registrado a biometria ou checado a assinatura da cliente, mas adotou outra prática.

Outro caso polêmico aconteceu em dezembro com o Itaú. Depois de divulgar os resultados de seu programa de trainees em 2019, o Itaú recebeu duras críticas da sociedade civil, inclusive do Sindicato porque, entre os aprovados, nenhum era negro. O resultado do programa em 2020, entretanto, mostrou que as cobranças surtiram efeito: 50% dos aprovados eram pretos ou pardos, reforçando a importância da mesa de igualdade de oportunidades, mantida pelos sindicatos para debater temas relacionados a gênero, identidade e raça.

Em 2020, participamos de seminário, debates, edições especiais do Momento Bancário, ato e uma série de reportagens marcaram o Novembro da Resistência, em homenagem ao Dia da Consciência Negra e ao Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.





Em dezembro, o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher deu início aos 16 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero, campanha organizada pela UNI Mulheres. Em 2020, o tema central foi o combate a violência doméstica, que aumentou durante o isolamento social por conta do coronavírus. No Brasil, a mobilização já começou no dia 20, Dia da Consciência Negra, pelo fato de as mulheres negras serem as principais vítimas da violência, sendo uma das pautas do Sindicato no mês de novembro. Também em novembro, a Marcha da Consciência Negra 2020 foi histórica. Mesmo em um cenário de pandemia e debaixo de chuva, os manifestantes mostraram muita revolta e disposição para a luta contra o racismo estrutural e suas diversas manifestações de violência, que oprimem e matam negros e negras no Brasil.

O Sindicato, que já tinha um serviço de atendimento jurídico especializado a mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero por meio do projeto Basta! Não Irão nos Calar, passou a atender também às vítimas de racismo, injúria racial e de violência policial em 2020.

BLOCO DOS BANCÁRIOS

O Bloco dos Bancários também animou as ruas do centro velho, em fevereiro. O 12º Bloco dos Bancários desfilou pelas ruas do centro de São Paulo e se manteve fazendo parte da agenda de blocos carnavalescos da cidade. O tema do desfile foi Quero brincar meu carnaval em paz, pelo fim do assédio e todas as formas de discriminação.

OUTROS ATOS RELEVANTES FORAM:

Após a luta sindical, em março, a Fenaban anunciou a criação de um canal de atendimento a bancárias vítimas de violência. As bancárias de todo o país puderam contar com a orientação para gestores e demais empregados, acolhimento às vítimas, por equipe devidamente orientada para este fim, e medidas protetivas. Dentre as medidas que foram adotadas pelos bancos estão a transferência da trabalhadora, com garantia de sigilo sobre o local de destino; a flexibilização de seu horário de trabalho, para protegê-la do agressor; e concessão de linha de crédito especial às vítimas. Também foi assegurada à bancária a confidencialidade, se necessário, sobre a denúncia. Os sindicatos acompanharão a atuação dos canais por meio da mesa temática de igualdade de oportunidades.

Com camisetas, faixas, bandeiras e cartazes, as mulheres ocuparam a Avenida Paulista para marcar o Dia Internacional das Mulheres. Com a presença de movimentos sociais e entidades de defesa dos trabalhadores, não faltaram críticas aos governos federal, estadual e municipal e às posturas conservadoras do Executivo, Legislativo e Judiciário. As trabalhadoras denunciaram o aumento dos casos de feminicídio e os ataques aos direitos sociais e trabalhistas. A luta em defesa da democracia, da Previdência e do direito à aposentadoria estiveram entre as principais bandeiras que ganharam as ruas.



TRAVESSIA

A entidade dos trabalhadores, como um Sindicato cidadão, tem o compromisso com toda a sociedade. E criou, em 1995, a Fundação Projeto Travessia, que se dedica a lutar pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua e em situação de risco no centro de São Paulo, endereço de sua sede e região onde se encontram muitos jovens nessa condição. Ao longo de seus 25 anos realizou mais de 30 projetos e, desde abril de 2019, a Fundação desenvolveu o “Projeto LUME Centro - Educação Sócio Protetiva na Rua”, em convênio com a SMDHC - Secretaria Municipal

de Direitos Humanos e Cidadania/FUMCAD - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo do Projeto foi contribuir, via atendimento direto, para a saída das ruas de crianças e adolescentes que estivessem nessa condição, prioritariamente no centro de São Paulo. O Projeto foi desenvolvido em parceria com outras instituições, por equipe capacitada de educadores sociais, visando reconstruir e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Foram atendidos 31 adolescentes e suas famílias, totalizando cerca de 200 pessoas.

COMITÊ BETINHO

O Comitê Betinho e a Rede Rua, parceiros do Sindicato na campanha Bancário Solidário em 2020, levou, em diversas ações de solidariedade e amor ao próximo, dignidade para pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia do novo coronavírus. No acumulado de sete fases da Ação Contra a Fome voltada diretamente para as pessoas em situação de rua, foram atendidas 18 entidades, que receberam 24,8 toneladas de alimentos, no total de R\$105.500.





BANCREDI

A parceria com a cooperativa de crédito (Bancredi) a cada ano consolida seu sucesso. Somente em 2020, a cooperativa recebeu 2.206 pedidos de empréstimos, que totalizaram R\$ 7,9 milhões aos bancários. O empreendimento reúne 4267 cooperados, que encontram na entidade formas de buscar soluções mais humanas para pagamentos, despesas mensais ou investimentos.

SINDICATO CIDADÃO

Foram inúmeras paralisações e atos durante o ano contra as reformas que ameaçavam retirar os direitos dos trabalhadores. Em 2020, o Sindicato esteve mobilizado na luta de toda a sociedade brasileira pelo fortalecimento da democracia e o desenvolvimento do país. Destacam-se o combate às MPs: MP 905 (Contrato Verde e Amarelo), MP 927 (retirada de direitos trabalhistas), MP 995 e MP 936 (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda). Também atuamos pelo pagamento do auxílio emergencial, em defesa dos bancos públicos, contra as privatizações e na mobilização e lutas por emprego e garantia de direitos.

O Sindicato esteve à frente contra a Medida Provisória 995/2020, que permite à Caixa criar novas subsidiárias, com a abertura de capital próprio, atendendo ao claro objetivo do governo federal de desmontar e privatizar o banco público, sem passar pelo crivo do poder legislativo. Considerada uma privatização disfarçada da Caixa, por fatiar o banco



e tirar do Estado suas áreas mais rentáveis, a medida provocou reação imediata da sociedade e do Legislativo. Considerada inconstitucional, a tentativa de aprovação da MP 995 buscava burlar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em junho de 2019 determinou que a empresa-matriz não pode ser privatizada sem o crivo do Congresso. O Sindicato, junto com a Apcef-SP, lançou um manifesto contra a MP 995. O documento foi apresentado em reunião no Comitê Paulista de Defesa da CEF e Apcef-SP, com a presença dos movimentos sociais de juventude, moradia, rural, estudantes, de segmentos da CEF, Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, parlamentares, entre outros. Na ocasião, as entidades e lideranças presentes foram convidadas a se somarem ao manifesto contra este ataque a um patrimônio dos brasileiros. O manifesto soma-se a outro, assinado por mais de cem entidades, entre elas o Sindicato.

Após mobilização do movimento sindical houve

a suspensão do processo de IPO (oferta pública inicial de ações) da Caixa Seguridade. O pedido de suspensão da análise de documentação foi feito à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) com a justificativa de que seria “em razão da atual conjuntura do mercado”. A oferta pública inicial do braço de seguros do banco foi retomada em agosto depois de uma suspensão, em março, justificada pela instabilidade das bolsas de valores e fuga dos investidores, provocadas pela pandemia. A mobilização dos empregados e da sociedade, coordenada pelas entidades representativas dos trabalhadores, tiveram ação fundamental neste processo. Também contribuiu para a luta em defesa da Caixa e contra sua venda em fatias o fato de podermos contar com Rita Serrano, uma representante dos trabalhadores no



RONDÔNIA				RESULTADO		DESCRIÇÃO
S	Ado Gurgacz	PDT	S	PRESENTES	77	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da
S	Confúcio Moura	MDB	S	SIM	75	
S	Marcos Rogério	DEM	S	NÃO	0	
RORAIMA				ABSTENÇÃO	0	
S	Cláudio Rodrigues	DEM	S	PRESIDENTE	1	
S	Mecias de Jesus	Republica	S	QUORUM	76	
S	Telmário Mota	PROS	S			
SANTA CATARINA						
S	Bárão Balsem	MDB	S			
S	Esperidião Amin	PROGRES	S			

Conselho de Administração, comprometida com a manutenção da Caixa 100% Pública e com a defesa dos direitos e interesses dos empregados.

A pressão dos trabalhadores sobre os senadores também surtiu efeito e a MP 905 não foi votada. A MP tinha como objetivo instituir o Contrato Verde Amarelo, que previa a flexibilização de direitos trabalhistas e redução de contribuições de empresas para estimular a contratação de jovens de 18 a 29 anos e pessoas acima de 55 anos. A MP 905 também prejudicava a categoria ao permitir o trabalho bancário aos finais de semana e alteração de jornada. Um acordo aditivo assinado pelo Sindicato e os bancos, no final de 2019, garantiu a neutralização dos efeitos da MP 905 até dezembro de 2020. A Participação nos Lucros e Resultados também estaria ameaçada caso a MP virasse lei. Isto porque o texto exclui os sindicatos da negociação dos termos da PLR e previa negociação direta entre patrão e empregado, instituindo uma óbvia correlação desigual de forças entre capital e trabalho. Quanto às horas extras, o texto permitia a criação de banco de horas como alternativa ao pagamento de 50% a mais, desde que a compensação ocorresse em seis meses.

Apesar do Senado ter aprovado o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2020 (MP 936), que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, a luta dos trabalhadores foi determinante para a impugnação dos artigos 27 e 32 do PLV 15, aprovado pela



A PRESSÃO DOS TRABALHADORES SOBRE OS SENADORES TAMBÉM SURTIU EFEITO E A MP 905 NÃO FOI VOTADA. ELA TAMBÉM PREJUDICAVA A CATEGORIA AO PERMITIR O TRABALHO BANCÁRIO AOS FINAIS DE SEMANA E ALTERAÇÃO DE JORNADA.

Câmara dos Deputados, que inseriram matérias estranhas ao objeto principal da MP 936. Dos 81 senadores, 46 votaram a exclusão do texto com a alteração na jornada e hora-extra de bancários e mudança na correção de débitos trabalhistas, que eram tratados no artigo 32. Em maio, o Sindicato se reuniu com diversas entidades que compõem o Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (Fids) e assinou uma nota pública criticando a MP, destacando que a medida extrapolava os limites constitucionais.

Os bancários também se mobilizaram contra a implantação de um regime de capitalização no sistema previdenciário. A ideia do ministro da Economia, Paulo Guedes, era a de retomar a discussão da privatização das aposentadorias e também da chamada “nova CPMF” (um imposto sobre transações digitais) após a pandemia do coronavírus. A proposta já havia sido discutida no texto original do governo da reforma da Previdência, mas foi retirada pelo Congresso já no início da análise diante da forte resistência da classe trabalhadora. Na capitalização, o valor da aposentadoria seria construído por meio de depósitos obrigatórios pelo trabalhador, sem nenhuma contrapartida patronal.



INTERNACIONAL

Destaque para a atuação do Sindicato nas reuniões da UNI Global Union, UNI Finanças Mundial, UNI Américas, UNI Américas Finanças, UNI jovens e UNI Mulheres, em 2020.

Em abril, a UNI Finanças Mundial, braço da UNI Global Union (sindicato global) para os trabalhadores do setor financeiro, enviou carta de solidariedade a todos os seus 237 sindicatos filiados em todo o mundo destacando a importância da atuação dessas entidades na garantia da saúde e segurança dos trabalhadores do setor, diante da pandemia do coronavírus. A UNI Finanças representa mais de três milhões de empregados do setor financeiro em todos os continentes. O documento, assinado pela presidenta da UNI Finanças, Rita Berlofa, diretora executiva do Sindicato dos Bancários de São Paulo, e pelo Chefe de Departamento da UNI Finanças, o italiano Angelo Di Cristo, ressaltou a dedicação dos milhares de trabalhadores do setor que estavam na linha de frente, garantindo, em meio à pandemia, serviços financeiros essenciais à população em todos os países. Reforçou ainda que os sindicatos foram fundamentais neste momento de emergência, agindo na defesa dos empregos, dos direitos e de condições de trabalho seguras para os empregados do setor.

Em junho, com o tema Teletrabalho e o Direito à Desconexão, mais de 118 jovens de diversos países



participaram do primeiro seminário online, por conta da pandemia de coronavírus, organizado pela UNI Global para a juventude. Dentre as pautas discutidas, a nova realidade para os jovens com o teletrabalho, a falta de privacidade e de infraestrutura, além de longas jornadas. A vice-presidenta da Uni Américas Juventude, Lucimara Malaquias, destacou a importância de debater, e regulamentar o teletrabalho, uma realidade em muitos países e em diversas categorias, inclusive na bancária, intensificada pela pandemia. As doenças mentais resultantes do teletrabalho e seus impactos para a juventude também foram abordados no seminário.

Também no mês de junho, a UNI Global Union lançou uma campanha internacional contra as demissões do Santander Brasil. No texto do abaixo-assinado, a UNI lembrou que o banco se comprometeu a não demitir durante a pandemia de coronavírus, mas que mesmo assim descumpriu o acordo

firmado com o movimento sindical. A entidade internacional destacou ainda que os desligamentos aconteceram em um momento em que o vírus estava mais violento no Brasil e o número de mortos já ocupava o segundo lugar no mundo. Destacou ainda que o banco ameaçou demitir os trabalhadores que não conseguiram bater suas metas de vendas. A campanha foi uma forma de denunciar ao mundo a crueldade com que o banco Santander atua no país. O texto foi assinado pela diretora executiva do Sindicato, Rita Berlofa, presidenta da UNI Finanças Mundial.

Em julho, dezenas de jovens de todos os continentes participaram de mais um seminário promovido pela UNI Global para a Juventude, com o tema o 'Novo Normal' na pós-pandemia. A vice-presidenta da UNI Américas Juventude, Lucimara Malaquias, destacou que os jovens



sempre foram as maiores vítimas no mercado de trabalho, seja do desemprego ou pela oferta de trabalho precário. Destacou também que a pandemia do novo coronavírus influenciou grandes transformações do mundo, principalmente no mercado de trabalho, e a importância da mobilização dos trabalhadores pela manutenção de direitos e como a cooperação e solidariedade entre povos e nações ganham novos estímulos.

Em dezembro, a quinta edição da Conferência da UNI Américas reuniu dirigentes sindicais de todas as partes do continente americano para discutir os principais desafios dos trabalhadores do setor de serviços em meio a pandemia, o combate à intolerância e a defesa da democracia. Antes do evento principal, aconteceram a 5ª Conferência da UNI Américas Juventude e a 6ª Conferência da UNI Américas Mulheres. Na semana seguinte foi realizada a Conferência da UNI América Finanças. O Sindicato participou com uma delegação que incluiu a presidenta Ivone Silva e a secretária-geral da entidade, Neiva Ribeiro. Na Conferência da UNI Jovens, participaram Lucimara Malaquias, Edegar Faria e Karen de Souza. E na Conferência de Mulheres participaram Fernanda Lopes e Tamara Siqueira. A entidade levou propostas para todas as conferências.

Durante a 5ª Conferência da Juventude da UNI Américas, a dirigente sindical Lucimara Malaquias foi eleita como nova presidenta regional da UNI Américas Juventude. Além de Lucimara, dirigentes do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, foram eleitos também para o novo comitê executivo de juventude da Uni Américas, tendo em sua composição os bancários brasileiros Karen Souza, Edegar Faria e Bruno Wunderlich.

A ENTIDADE INTERNACIONAL DESTACOU AINDA QUE OS DESLIGAMENTOS ACONTECERAM EM UM MOMENTO EM QUE O VÍRUS ESTAVA MAIS VIOLENTO NO BRASIL E O NÚMERO DE MORTOS JÁ OCUPAVA O SEGUNDO LUGAR NO MUNDO.



DESEMPENHO SOCIAL

1. Assessoria jurídica

O ano de 2020 foi de luta na esfera jurídica para o Sindicato. Nesse período, a entidade orientou diversas ações em defesa dos trabalhadores que se sentiram lesados pelos empregadores, inclusive terceirizados.

O departamento jurídico recebeu, em 2020, via central de atendimento, mais de 2,5 mil solicitações para atendimento cível, trabalhista, previdenciário, violência contra mulher e abertura de procedimentos de CCV/CCP, este último pedidos extrajudiciais na busca por solução de conflitos decorrentes do contrato de trabalho. Desses atendimentos, muitas orientações e consultas foram dadas e, em outras situações, houve ingresso de ações judiciais. De janeiro a dezembro de 2020, o Sindicato conseguiu recuperar, pela via judicial, R\$93,3 milhões para 830 bancários beneficiados por ações individuais. Somando as ações individuais, coletivas e as Comissões de Conciliação Voluntária, apenas em 2020 o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região recuperou para os bancários R\$121 milhões.

O Sindicato conseguiu uma importante vitória na Justiça. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu o direito da entidade de ingressar com a ação coletiva que cobra a incorporação do valor da comissão para bancários do Banco do Brasil que exerceram cargo comissionado por mais de 10 anos e foram descomissionados sem justo motivo, a chamada incorporação de função. A incorporação de função no Banco do Brasil é uma reivindicação histórica do Sindicato. Uma forma de proteger os funcionários atingidos por reestruturações ou descomissionamentos arbitrários.

O Santander foi condenado em segunda instância por litigância de má-fé pela Justiça do Trabalho por uma ação



APÓS TENTATIVAS DE NEGOCIAÇÃO, PRESSÃO, DENÚNCIA E PROTESTOS PROMOVIDOS PELO SINDICATO, UMA AÇÃO JUDICIAL MOVIDA PELA ENTIDADE OBRIGOU O SANTANDER A RECONTRATAR UMA BANCÁRIA COM CÂNCER DEMITIDA EM PLENO TRATAMENTO CONTRA A DOENÇA E ÀS VÉSPERAS DO NATAL DE 2019.

que teve origem no programa “Sonhos que Transformam”. Lançada em dezembro de 2019, a ação previa, entre outros pontos, o desconto de 1% da PLR/remuneração variável para todos os funcionários que não se manifestaram contrariamente à dedução. Diante da intenção do Santander de fazer caridade com o dinheiro dos trabalhadores, o Sindicato cobrou negociações com o banco, nas quais a empresa se recusou a rever o desconto. Com a decisão jurídica, o banco anulou a possibilidade de doação da porcentagem da PLR/remuneração variável mesmo para quem tinha aderido.

Após tentativas de negociação, pressão, denúncia e protestos promovidos pelo Sindicato, uma ação judicial movida pela entidade obrigou o Santander a recontratar uma bancária com câncer demitida em pleno tratamento contra a doença e às vésperas do natal de 2019. A reintegração ao quadro de funcionários foi determinada pela juíza Renata Prado de Oliveira Simões, da 9ª Vara do Trabalho de São Paulo, que restabeleceu todos os direitos e benefícios do contrato de trabalho da empregada, principalmente o plano de saúde.

Em ação judicial movida pelo Sindicato, o Bradesco foi obrigado a reintegrar um bancário com deficiência. O banco não conseguiu comprovar a contratação de outro empregado com deficiência para substituir o trabalhador demitido, como determina a Lei 8.213/91, bem



como não demonstrou que cumpre o percentual mínimo de contratação exigido pela mesma lei. A decisão judicial determinou a reintegração do bancário com todos os efeitos vigentes do contrato de trabalho anteriores à demissão, com o pagamento dos salários e demais dispositivo legais (férias acrescidas de um terço constitucional, gratificações natalinas e FGTS) e normativos, desde a demissão, até a efetiva reintegração, bem como a manutenção do convênio médico. O banco também foi obrigado a reintegrar o trabalhador em 48 horas após a publicação da decisão, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil em favor do trabalhador.

Em outra ação, o Sindicato conseguiu anular a demissão e reintegrou uma bancária dispensada pelo Itaú no período pré-operatório para tratar Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e trombose decorrentes do trabalho. O Sindicato fez várias tentativas de reintegrá-la administrativamente, porém, o banco se recusou. A bancária, que trabalha no banco Itaú desde 1991, foi desligada em agosto de 2019 e reintegrada em março de 2020.

O Sindicato também conseguiu na Justiça a reintegração de uma bancária do Santander, demitida grávida em plena pandemia de coronavírus. A trabalhadora foi desligada em junho. Após confirmação da gravidez, o Sindicato tentou reverter a decisão por via negociada, mas o banco negou e deu sequência ao processo de desligamento. O Sindicato então entrou na Justiça com pedido para restabelecer o vínculo empregatício, e a juíza responsável pela ação determinou a reintegração em sede de tutela de urgência.

Em ação movida em 2017 pelo Sindicato, o Bradesco foi condenado a pagar as sétima e oitava horas trabalhadas como extras para os Analistas de Produção Junior, do Departamento de Processamentos e Comunicações de Dados (atual Departamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação). A decisão beneficia os bancários que ocuparam a função em Barueri no período entre março de 2012 a março de 2017.

**O SINDICATO
TAMBÉM
CONSEGUIU
REINTEGRAÇÃO
DE UMA BANCÁRIA
DO SANTANDER,
DEMITIDA GRÁVIDA
EM PLENA
PANDEMIA DE
CORONAVÍRUS.**



2. Comunicação

O Sindicato continua disponibilizando aos trabalhadores diversos meios de comunicação. O site da entidade teve 5,9 milhões de usuários em 2020, uma alta de 97% em relação ao ano anterior. Em número de acessos, foram 15,6 milhões de páginas visualizadas, alta de 113% em relação a 2019. Por conta da pandemia, e visando evitar a possibilidade de aumento da disseminação do novo coronavírus, a Folha Bancária – o mais antigo veículo de informação da entidade – passou do formato impresso para o virtual, com sua veiculação sendo feita através do site do Sindicato, do WhatsApp, redes sociais e newsletters.

As redes sociais ganharam força. A fanpage do Sindicato no Facebook (facebook.com/spbancarios) fechou o ano de 2020 com 53.143 mil seguidores, um aumento de 3.281 seguidores em relação ao ano anterior. Tivemos um alcance de 1.681.643 pessoas ao longo de 2020, 163% a mais do que o número registrado em 2019. Além do alcance das publicações, cresceu também a interação dos trabalhadores com a mídia social do Sindicato. Nosso engajamento somou 1.198.176 ações, 239% a mais do que em 2019. No Twitter, contamos com 21.720 seguidores. Já no Instagram são 15.427 seguidores.



53.143 mil
SEGUIDORES

E N G A J A M E N T O

SO
MOU

1.198.176



AÇÕES



21.720 mil
SEGUIDORES



15.427 mil
SEGUIDORES



Em um cenário de isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, as redes sociais tiveram um papel central para pressionar os bancos a negociarem a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho na Campanha Nacional 2020. Foram feitas uma série de mobilizações virtuais, principalmente tuitaços, para levar as instituições financeiras a negociarem as demandas da categoria e conscientizar a população sobre a pauta de reivindicações dos bancários.

O Momento Bancário, programa de webtv, completou dez anos. Foram feitos diversos vídeos e mantivemos o programa 3 minutos apresentado pela presidenta da entidade, Ivone Silva.

O Sindicato também manteve apoio à Rede Brasil Atual e continuou como uma das mantenedoras da Fundação Sociedade de Comunicação Cultura e Trabalho - que integra a TV dos Trabalhadores, a TVT, e a Rádio Brasil Atual, 98.9 - que produzem informações alternativas ao conteúdo da grande mídia.

O MOMENTO
BANCÁRIO,
PROGRAMA
DE WEBTV,
COMPLETOU
DEZ ANOS

3. Cultura e cidadania

O Sindicato manteve o projeto CineB em parceria com a Brazucah Produções, cuja proposta é levar cinema nacional, de forma gratuita, à população carente de São Paulo, Osasco e região. Em 14 anos, o projeto já atingiu 75 mil pessoas. Somente em 2020 aconteceram 26 sessões, que alcançaram 4.585 pessoas.



4. Faculdade 28 de Agosto e Centro de Formação Profissional

Fruto da experiência de quase 20 anos do Sindicato no seu Centro de Formação Profissional (CFP), a Faculdade 28 de Agosto é a primeira instituição de ensino superior gestada por uma entidade sindical. Em 2020 ofereceu cursos livres e de extensão, a maioria voltada para os trabalhadores do setor financeiro, como análise de crédito (janeiro); CEA (fevereiro); crédito e cobrança (fevereiro); CPA10 (janeiro e março) e CPA20 (janeiro e março). Durante a pandemia, ofereceu os cursos online de Paternidade Responsável e Inteligência Emocional, com bancários em todo o país. Em parceria com a UNI Global Union realizou as lives: Investimentos em tempos inseguros para trabalhadores de TI (Maio, 2020); Pandemia, Tecnologia e Banco (Junho, 2020); Inteligência Emocional em Tempos de Home Office (Julho, 2020) e Home Office: Oportunidades e Limites - Sobre os aspectos socioeconômicos e psíquicos do trabalho em casa. (Novembro, 2020).

5. Espaço Lélia Abramo

Espaço de entretenimento e de encontro para a categoria bancária e a população. No início do ano, contra o PL do Veneno, que facilitou a liberação no Brasil de agrotóxicos proibidos em todo o mundo, o Sindicato disponibilizou para os bancários e população em geral a feira de produtos orgânicos, agroecológicos e artesanatos da economia solidária. A feira foi realizada às quintas-feiras no saguão do Martinelli e aos sábados no Espaço Lélia Abramo. No dia 08 de março realizamos a Feira da Sororidade com artesanato, música, cultura, saúde e bem estar. Durante a pandemia, o espaço ficou fechado.



6. Esporte e lazer

Em função da pandemia, em 2020, tivemos somente o Torneio de Pesca e o Festival de Futsal, com a participação de 120 bancários cada.

7. Saúde

Mantivemos o compromisso em atuar em parceria com os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador (CRSTs) para oferecer aos trabalhadores apoio para o diagnóstico e a comprovação de doenças, acidentes e problemas de saúde decorrentes da atividade laboral.

Cada CRST possui um Conselho Gestor responsável pelo controle, avaliação e implantação das ações de saúde ligadas ao trabalho e o Sindicato mantém conselheiros em todos os Centros de Referência.

Também atuamos no Conselho Municipal de Saúde em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e mantivemos, na secretaria de Saúde do Sindicato, uma parceria com a Universidade PUC-SP para o estudo e análise da saúde dos bancários que sofrem de transtornos mentais, em função do alto índice de adoecimento na categoria.

Destaque para o acompanhamento nas mudanças e transformações no mundo do trabalho junto à Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), discutindo as Normas Regulamentadoras (NRs) sobre saúde e segurança no trabalho, além dos encontros com cipeiros, realizados anualmente, integrando-os na luta sindical.



DESTAQUE PARA O
ACOMPANHAMENTO
NAS MUDANÇAS E
TRANSFORMAÇÕES
NO MUNDO DO
TRABALHO JUNTO
À COMISSÃO
TRIPARTITE PARITÁRIA
PERMANENTE (CTPP)

8. Gestão financeira

Os investimentos na luta da categoria e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária só são possíveis devido à criteriosa e responsável gestão financeira da entidade. As questões passam por profunda análise e todas as ações contam com total transparência, por meio da divulgação dos balanços anuais e de prestação de contas, que passam por apreciação dos sindicalizados em assembleias.

Recuperação de Direitos dos Bancários

Tipos de Ações	Qtde. de Ações		Qtde. de Beneficiários		Valor das Ações em mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ações Coletivas	0	2	0	156	0,00	30.889
Ações Individuais	830	993	830	993	93.333.476	101.028.430
CCV Conciliações de Comissões Voluntárias e Prévias	447	1224	447	1224	28.214.857	80.434.455
Total Global	1.277	2.219	1.277	2.373	121.548.333	181.493.774



Agregando valor à comunidade

a) ¹Responsabilidades Sociais do Sindicato

Responsabilidades Sociais do Sindicato						
	2020			2019		
1. BASE DE CÁLCULO	R\$ mil			R\$ mil		
1.1 Receita Bruta – RB	83.845,97			79.021,83		
1.2 Superávit Operacional –SO	8.751,69			1.836,11		
1.3 Folha de Pagamento – FP	18.871,44			19.228,43		
2. INDICADORES LABORAIS	R\$ mil	%FP	%RB	R\$ mil	%FP	%RB
2.1.1 Alimentação	3.068,73	16,26	3,66	3.087,54	16,06	3,91
2.1.2 Encargos Sociais Compulsórios ²	3.371,86	17,87	4,02	3.333,91	17,34	4,22
2.1.3 Seguro de Vida	12,82	0,07	0,02	10,96	0,06	0,01
2.1.4 Convênio Médico e Odontológico	1.757,86	9,31	2,10	2.468,97	12,84	3,12
2.1.5 Complementação Auxílio-Doença	15,38	0,08	0,02	37,24	0,19	0,05
2.1.6 Auxílio-Creche	58,10	0,31	0,07	76,12	0,40	0,10
2.1.7 Vale-Transporte	119,20	0,63	0,14	277,39	1,44	0,35
2.1.8 Segurança no Trabalho (exames periódicos)	15,59	0,08	0,02	17,08	0,09	0,02
2.1.9 Desenv. Profissional e outros benefícios	187,27	0,99	0,22	197,03	1,02	0,25
Total = Indicadores Laborais (2.1.1 a 2.1.9)	8.606,80	45,61	10,27	9.506,26	49,44	12,03
3. INDICADORES SOCIAIS	R\$ mil	%SO	%RB	R\$ mil	%SO	%RB
3.1 Tributos (exceto encargos sociais)	3.382,48	38,65	4,03	138,14	7,52	0,17
3.2 Contribuições p/ a Cidadania	1.105,43	12,63	1,32	1.902,95	103,64	2,41
Total = Indicadores Sociais (3.1 a 3.2)	4.487,90	51,28	5,35	2.041,09	111,16	2,58
4. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4.1 Estado Civil						
4.1.1 Solteiros	66	35	31	70	36	34
4.1.2 Casados/União estável	97	66	31	93	68	25
4.1.3 Divorciados/Desquitados	14	8	6	15	9	6
4.1.4 Viúvos	0	0	0	0	0	0
4.2 Formação Escolar						
4.2.1 Superior (pós-graduação, mestrado e doutorado)	17	10	7	15	10	5
4.2.2 Superior (graduação)	53	35	18	51	35	16
4.2.3 Segundo Grau (Ensino Médio)	83	46	37	87	50	37
4.2.4 Primeiro Grau (Ensino Fundamental)	24	18	6	25	18	7
4.3 Faixa etária dos empregados						
4.3.1 Abaixo de 29 anos	11	4	7	12	5	7
4.3.2 De 30 até 40 anos (exclusive)	38	23	15	41	26	15
4.3.3 Acima de 40 anos	128	82	46	125	82	43
4.4 N° empregados no final período e por sexo	177	109	68	178	113	65
4.5 Cargos gerenciais ocupados por sexo	14	7	7	14	7	7
4.5.1 % cargos em relação totais homens/mulheres	8%	6%	10%	8%	6%	11%
4.5.2 % cargos em relação ao total de gerentes	100%	50%	50%	100%	50%	50%
4.6 N° de admissões no período		6			4	
4.7 N° de Dependentes		252			263	
4.8 N° de Estagiários		5			5	
5. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA						
5.1 Índice de afastamento em 2020	Auxílio-doença 6,21%			Acidente do trabalho 0,00%		
5.2 Nos processos de gestão os órgãos de decisão em 2020 e 2019 foram:						
● Projetos sociais desenvolvidos pelo Sindicato foram definidos						Pela diretoria e empregados
● Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos						Pela diretoria e empregados
● Na seleção dos fornecedores os mesmos padrões éticos adotados pela Entidade						São sugeridos
● Quanto à participação dos empregados em programas e campanhas sociais, o Sindicato						Apoia, organiza e incentiva.

¹ Adaptação do Modelo Balanço Social desenvolvido pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

² Encargos compulsórios foram considerados apenas INSS e FGTS, as demais verbas sob essa denominação entendemos tratarem-se de direitos trabalhistas.



Os benefícios oferecidos pelo Sindicato aos empregados como auxílio creche, auxílio-doença, seguro de vida, auxílio bolsa, vale-transporte, alimentação, refeição, convênio médico e outros, são no montante de R\$ 8,606 milhões e representam 45,61% sobre a folha de pagamento bruta.

b) Renda Gerada e Distribuída

Demonstração Do Valor Adicionado - DVA (Em Reais)	2020	2019
1. RECEITAS	80.192.685	71.276.390
1.1 Receitas de Contribuições da Categoria	65.650.519	64.513.862
1.2 Receitas de Serviços e Periódicos	1.716.265	1.446.710
1.3 Outras Receitas	12.835.100	9.931.153
1.4 Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa – (Reversão/Constituição)	-9.200	-4.615.335
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	46.525.982	49.111.574
2.1 Insumos Consumidos nos Serviços Gráficos	762.369	610.515
2.2 Utilidades e Serviços	1.850.683	2.205.221
2.3 Material e Serviços de Terceiros	32.180.187	28.603.520
2.4 Despesas com Atividade Sindical	11.565.260	17.565.735
2.5 Perda de Valores Ativos	167.483	126.583
3. VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)	33.666.703	22.164.816
4. RETENÇÕES – (DEPRECIACIONES) ³	-417.314	-671.739
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	33.249.389	21.493.077
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.209.533	6.992.700
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	38.458.922	28.485.777
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	38.458.922	28.485.777
8.1 Pessoal (Remunerações, Direitos Trabalhistas e Benefícios) ⁴	17.318.143	17.696.072
8.2 Filiações e Projetos Sociais	5.563.928	5.355.212
8.3 Governo (Impostos, Taxas e Contribuições – INSS e PIS)	6.043.422	2.770.126
8.4 Financiadores	781.743	828.259
8.4.1 Juros e variações cambiais	55.427	97.248
8.4.2 Aluguéis	726.315	731.011
8.5 Superávit do exercício ⁵	8.751.687	1.836.109

³ A depreciação no período foi R\$ 417.417,18, porém R\$ 103,18 é de transferência entre as contas do próprio grupo de Depreciação.

⁴ Nas despesas com pessoal, R\$ 8.863,48 foram investidos em auxílio educação em 2020 e R\$ 21.570,62 em 2019.

⁵ Desde o exercício de 2016 o superávit do exercício não sofre mais ajustes pela realização da reserva de reavaliação das máquinas e equipamentos gráficos, pois todas já foram totalmente realizadas até 31/12/2015.

Em análise da Demonstração do Valor Adicionado do Sindicato do exercício de 2020 podemos concluir que 58,02% de suas receitas das atividades operacionais agregaram recursos para a economia local, portanto, para gerar uma receita de R\$ 80,192 milhões, foi adquirido recursos de terceiros, na forma de insumos, no valor de R\$ 46,525 milhões. Desse montante foram consumidos 1,64% na produção dos serviços gráficos, 3,98% com despesas em utilidades e serviços, 69,17% em materiais e serviços de terceiros e 24,86% com despesas em atividades sindicais.

E ainda 0,36% que equivale às perdas de valores ativos com as baixas de imobilizado em obsolescência.



A distribuição do valor adicionado foi de R\$ 38,458 milhões, representando 47,96% da Receita Total, com a seguinte distribuição: 45,03% destinados aos empregados, 14,47% às filiações e projetos sociais e 15,71% aos cofres públicos entre impostos, taxas e contribuições – totalizando 36,07% em relação à Receita Total, revertendo em benefícios aos trabalhadores e à sociedade em geral. Ainda destinando 2,03% para remunerar capital de terceiros – financiadores e aluguéis, e finalmente 22,76% para reinvestir no Sindicato - superávit.

Evidencia-se, também, que do total das receitas do Sindicato, 81,87% vêm das contribuições da categoria bancária, sejam sociais e as de negociação coletiva; 2,14% dos serviços gerados por suas atividades operacionais gráficas e ainda, as outras receitas (patrimonial, extraordinárias) contribuíram com 16,01%.

Agradecimento

Foi fundamental a inestimável participação e cooperação de inúmeras pessoas e entidades para que se pudesse traçar a trajetória do Sindicato em 2020. Portanto, somos muito gratos aos dirigentes integrantes da diretoria, os quais foram muito firmes e seguros na tomada de decisões de maior impacto. Nosso mais sincero muito obrigado aos associados da entidade e militantes sindicais pela confiança depositada nesta diretoria.

Nossos agradecimentos às entidades de classe, aos parceiros e a todos que, de alguma forma, participaram desse esforço para que o Sindicato se tornasse cada vez melhor.

E de uma forma especial expressamos o nosso reconhecimento ao quadro de funcionários, que contribuíram com sua capacidade e dedicação durante todo ano para o cumprimento da missão da entidade.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo
CNPJ 61.651.675/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em reais)

ATIVO	NE	2020	2019	PASSIVO	NE	2020	2019
CIRCULANTE		113.407.160,16	103.157.404,29	CIRCULANTE	3.km	32.951.013,89	32.751.048,08
Disponível		92.985.471,34	83.843.598,87	Fornecedores		1.200.697,51	776.054,71
Caixa e Bancos Conta Movimento		221.789,72	121.814,39	Administração de Processos		18.718.151,49	19.405.804,50
Aplicação Liq. Imediata	3.b	92.763.681,62	83.721.784,48	Impostos e Taxas a Recolher		289.234,31	285.060,83
				Encargos Sociais a Recolher		599.407,47	367.492,56
Cientes	3.c	212.464,91	128.046,37	Contas a Pagar e Outras Obrigações		6.301.320,65	6.466.697,84
Duplicatas/Op. Cartões a Receber		2.832.894,12	3.785.833,58	Conting. Fiscais, Judiciais e Outras		4.295.648,27	3.997.408,26
Títulos Renegociados		-	13.469,50	Férias e Encargos a Pagar		1.546.554,19	1.452.529,38
(-) Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa		(2.620.429,21)	(3.671.256,71)				
Outros Créditos	3.d	19.772.386,89	18.651.220,14				
Estoques	3.e	-	135.887,66				
Despesas Antecipadas	3.f	436.837,02	398.651,25				
NÃO CIRCULANTE		53.216.572,44	50.980.226,34	NÃO CIRCULANTE	3.lm	59.885.344,20	56.350.895,30
Realizável a Longo Prazo	3.g	29.257.578,52	26.261.612,79	Cauções Recebidas (parceirização)		467.303,82	432.854,92
Depósitos Judiciais / Aplic / Tit. a Receber		29.257.578,52	26.261.612,79	Administração de Processos		44.010.169,90	44.010.169,90
				Provisão p/ Conting. Fiscais e Judiciais		15.407.870,48	11.907.870,48
Investimentos	3.h	1.078.581,11	2.322.376,33				
Imóveis (não destinado ao uso)		195.436,78	1.439.232,00				
Quotas Capital Bancredi		877.516,78	877.516,78				
Outros Investimentos		5.627,55	5.627,55				
Imobilizado	3.i	21.004.587,85	20.782.965,21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.no	73.787.374,51	65.035.687,25
Bens Imóveis		18.318.871,80	18.318.871,80	Patrimônio Social		49.551.819,29	41.189.335,95
Bens Móveis		16.928.188,67	17.916.145,38	Reserva Reavaliação		12.502.482,82	13.647.759,44
(-) Depreciação Acumulada		(14.242.472,62)	(15.452.051,97)	Superavit Acumulado		11.733.072,40	10.198.591,86
Intangível	3.j	1.875.824,96	1.613.272,01				
Direito de Uso Software		1.836.402,89	1.573.849,94				
Marcas e Patentes		39.422,07	39.422,07				
TOTAL DO ATIVO		166.623.732,60	154.137.630,63	TOTAL DO PASSIVO		166.623.732,60	154.137.630,63

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019 (Em reais)

	2020	2019
RECEITA DAS OPERAÇÕES SOCIAIS BRUTA	83.845.968,16	79.021.834,00
Contribuição Social	27.545.719,54	30.497.930,01
Contribuições de Acordo Coletivo	41.746.778,88	37.081.259,94
Contribuições Processos Coletivos	-	17.745,50
Contribuição Sindical	-	1.033,51
Renda Patrimonial (excluído receitas financeiras)	5.681.372,07	591.585,83
Receitas Extraordinárias / Eventual	7.155.832,37	9.385.569,21
Receita de Serviços e Periódicos	1.716.265,30	1.446.710,00
Deduções das Receitas		
ISS sobre Faturamento	(13.575,59)	(8.782,20)
Bonificação e Devolução de Contribuições	(3.641.979,27)	(3.084.106,82)
Receita das Operações Sociais Líquida	80.190.413,30	75.928.944,98
Custos dos Serviços Gráficos Prestados	(2.034.347,52)	(2.038.472,89)
Superávit Bruto	78.156.065,78	73.890.472,09
Despesas (Receita) das Operações Sociais		
Despesas Administrativas	(57.100.797,67)	(51.203.852,87)
Despesas de Atividades Sindicais	(17.129.187,30)	(22.920.946,52)
Despesas de Venda de Serviços	(170.826,50)	(4.724.809,99)
Despesas Extraordinárias	(154.013,24)	(51.069,80)
Despesas Financeiras	(56.982,92)	(100.381,85)
Renda Patrimonial Financeira	5.207.429,11	6.946.697,46
Superávit do Exercício	8.751.687,26	1.836.108,52

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Descrição	NE	2020	2019
Atividades Operacionais			
Superávit (Deficit) Líquido do Período		8.751.687,26	1.836.108,52
Depreciação e Amortização	3.i	417.417,18	989.851,62
Baixa de Imobilizado		158.382,32	51.069,80
Perda (Ganho) na Venda de Bens do Imobilizado		(5.628.481,50)	(304.398,63)
Superávit (Deficit) Líquido do Período Ajustado		3.699.005,26	2.572.631,31
(Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante:			
Duplicatas a Receber	3.c	966.408,96	1.578.523,02
Perda por Créditos de Liquidação Duvidosa	3.c	(1.050.827,50)	3.543.528,63
Estoques	3.e	135.887,66	88.779,01
Outros Créditos de Curto Prazo	3.d	(5.133.987,74)	(9.413.611,74)
Total do (Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante		(5.082.518,62)	(4.202.781,08)
Acréscimo (Décrécimo) do Passivo Circulante:			
Aumento (Redução) de Fornecedores	3.km	424.642,80	(102.097,56)
Aumento (Redução) de Impostos a Recolher	3.km	4.173,48	21.536,11
Aumento (Redução) de Salários e Encargos Sociais	3.km	231.914,91	(11.241,63)
Aumento (Redução) de Férias a Pagar	3.km	94.024,81	(22.404,94)
Aumento (Redução) de Outras Obrigações a Pagar	3.klm	2.979.658,71	(348.613,06)
Total do Acréscimo (Décrécimo) do Passivo Circulante:		3.734.414,71	(462.821,08)
1 - Caixa Líquido das Atividade Operacionais		2.350.901,35	(2.092.970,85)
Atividades de Investimentos			
Entradas			
Recebimentos por Venda de Bens do Imobilizado		967.000,00	508.213,00
Recebimentos por Venda de Investimentos Permanentes		-	200.000,00
Recebimentos por Indenização Ação Imóveis Não dest. a uso	3.h	5.930.234,05	-
Recebimentos (reversão) de Depósitos Judiciais	3.g	988.503,00	586.965,26
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.o	-	(318.774,50)
Saídas			
Aquisição de Investimentos Permanentes	3.h	-	(44.434,45)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado/Intangível	3.i	(1.084.932,42)	(297.843,21)
Depositos Judiciais Efetuados	3.g	(9.833,51)	(38.183,09)
2 - Caixa Líquido da Atividade de Investimentos		6.790.971,12	595.943,01
Atividade de Financiamento			
Entradas			
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Saídas			
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		-	-
3 - Caixa Líquido da Atividade de Financiamento		-	-
CAIXA GERADO NO PERÍODO		9.141.872,47	(1.497.027,84)
4 - Saldo Anterior de Caixa ou Equivalente		83.843.598,87	85.340.626,71
5 - SALDO ATUAL DE CAIXA OU EQUIVALENTE		92.985.471,34	83.843.598,87

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

Movimentações	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2018	41.189.335,95	13.647.759,44	8.681.257,84	63.518.353,23
Ajustes de Exercícios Anteriores:				
Retificação de Depreciações/Apropriações			(318.774,50)	(318.774,50)
Destin. Superávit Acum. p/ P. Social	-		-	-
Realização de Reserva de Reavaliação				-
Superávit Líquido do Exercício 2019			1.836.108,52	1.836.108,52
Saldos em 31/12/2019	41.189.335,95	13.647.759,44	10.198.591,86	65.035.687,25
Ajustes de Exercícios Anteriores:				
Retificação de Depreciações/Apropriações				-
Destin. Superávit Acum. p/ P. Social	8.362.483,34		(8.362.483,34)	-
Realização de Reserva de Reavaliação		(1.145.276,62)	1.145.276,62	-
Superávit Líquido do Exercício 2020			8.751.687,26	8.751.687,26
Saldos em 31/12/2020	49.551.819,29	12.502.482,82	11.733.072,40	73.787.374,51

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Atividade Operacional

Entidade de classe que prima pela ética, pela idoneidade, por prestígio e por credibilidade junto à categoria bancária. Tem como missão “visar melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representados, defenderem a independência e autonomia da representação sindical e atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras”. O seu patrimônio é constituído das contribuições devidas pelos que participam da categoria bancária - das mensalidades dos associados, contribuições acordadas em negociação coletiva, dos bens e direitos adquiridos e respectivamente das rendas produzidas por eles; das doações e dos legados, das multas e de outras rendas eventuais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Legislações específicas às Entidades sem fins lucrativos emanadas do Conselho Federal de



Contabilidade através de sua Resolução CFC N.º 1.409/12, que aprovou no ano de 2012 a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos, alterada e consolidada em 21.08.2015 com a ITG 2002 (R1).

Além das normas do Conselho, também são seguidos preceitos da Constituição Federal, CLT e Normas Estatutárias. E quando possível fundamentada na Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas aplicáveis às demais sociedades, ainda alterada, no seu artigo 176, pela Lei 11.638/07 que renovou e introduziu novos dispositivos como a substituição da DOAR-Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos pela DFC-Demonstração de Fluxo de Caixa.

Para melhor entendimento, discorreremos nessa apresentação com as notas explicativas das demonstrações e informações adicionais através de quadros e tabelas.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado: as receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. Os custos dos materiais diretos da prestação de serviços gráficos são apropriados de acordo com o consumo na produção do material gráfico. A política adotada continuou sendo de estoque mínimo e suficiente para o consumo.

b) Aplicação Liquidez Imediata: são aplicações financeiras que em suas maiores partes estão nos bancos: Santander, Bradesco e Caixa Econômica Federal, as quais estão demonstradas ao custo acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. São representadas por aplicações com resgates automáticos.

Agente Financeiro	2020	2019
Banco Santander S.A.	43.180.939,98	36.513.598,29
Banco Bradesco S.A.	42.505.471,91	36.314.668,41
Caixa Econômica Federal	2.610.063,32	9.683.694,43
Outros	4.467.206,41	1.209.823,35
Total	92.763.681,62	83.721.784,48

c) **Clientes:** correspondem a duplicatas a receber, títulos renegociados, recebimentos via boleto, cartões de débito e crédito, os quais são demonstrados pelo valor nominal e constitui grande parte das importâncias relativas à prestação de serviços gráficos, impressão de periódicos como jornais, livros e revistas. E uma pequena parte são recebimentos na



tesouraria, com prazos de vencimento para janeiro a março de 2021. O saldo das perdas para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 2.620.429,21 em 2020, 28,62% menor em relação a 2019.

Cientes a Receber

SalDOS vincendos em 31/12/2020	Vencimentos		
	30 dias	60 dias	90 dias
212.464,91	127.478,95	63.739,47	21.246,49

d) Outros créditos: estão representados por aplicações financeiras temporárias e vinculadas à garantia de créditos a terceiros, adiantamentos a funcionários, a terceiros e a dirigentes sindicais afastados sem remuneração com processo de reintegração, contribuições assistenciais e aluguéis a receber. Houve em aumento de 6,01% no saldo em relação ao exercício de 2019, por conta das aplicações temporárias junto aos bancos Bradesco e Cef, com vencimentos em médio prazo e menor liquidez. Em 2020 foram provisionados como perdas o saldo dos títulos a receber. Foram empréstimos concedidos em anos anteriores à outras entidades representativas de trabalhadores que passam por incapacidade financeira. Porém o Sindicato continua nas tratativas de cobrança.

Outros Créditos	2020	2019
Títulos a Receber	0,00	3.573.225,20
Bancos Contas Vinculadas / Aplicações Temporárias	18.852.703,71	14.067.909,08
Créditos de Funcionários	320.796,69	303.411,59
Adiantamentos, Aluguéis e Contribuições a Receber	598.886,49	706.674,27
Total	19.772.386,89	18.651.220,14

e) Estoques: foi utilizado 100% no ano de 2020 em produção final dos serviços impressos e não repostos os insumos, devido a iminência do fechamento do parque gráfico. O encerramento das atividades gráficas se faz necessário por conta dos custos estarem ficando maiores do que a receita, e diante da tendência do mercado em substituir impressões por material digital. Conseqüentemente diminuiu-se drasticamente a utilização dos serviços impressos, ou seja, minando a perspectiva de melhores resultados no futuro.



Estoques	2020	2019
Papel para Impressão	0,00	96.631,11
Tintas para Impressão	0,00	10.557,47
Chapas, Reveladores e Fixadores	0,00	13.570,58
Material Auxiliar de Produção	0,00	12.093,08
Material de Embalagem	0,00	3.035,42
Total	0,00	135.887,66

f) Despesas Antecipadas: correspondem às modalidades de despesas apropriadas de acordo com o regime de competência, tais como prêmios de seguros dos imóveis, máquinas do departamento gráfico e veículos; assinaturas de jornais, revistas, boletins e acesso de portal de gateway (portal de acesso à internet x rede de pagamentos); vales transporte, alimentação e refeição dos empregados; e garantia estendida de equipamentos de informática.

g) Realizável a longo prazo: corresponde a depósitos recursais de ações judiciais, fiscais e aplicações financeiras acima de 365 dias. São apresentados pelo valor nominal, incluídos, quando aplicáveis os rendimentos auferidos até a data do balanço. Houve aumento de 11,41% por conta da evolução nas aplicações financeiras junto aos bancos Bradesco e CEF, de modalidade específica de longo prazo.

Realizável a Longo Prazo	2020	2019
Títulos a Receber	0,00	2.585.416,53
Depósito Recursal	1.709.910,01	2.688.579,50
Ações de Bancários / Interditos	457.820,27	457.820,27
Aplicações Financeiras – LP	27.089.848,24	20.529.796,49
Total	29.257.578,52	26.261.612,79

h) Investimentos: corresponde a imóveis não destinados ao uso, registrados ao custo de aquisição e reavaliados no ano de 1999; quotas de participação no capital da Bancredi, mantendo o mesmo saldo de R\$ 877.516,78 desde 2019, por conta da retração da inflação e perda de juros sobre o capital; e outros investimentos em ações como a participação no capital da Editora Gráfica Atitude Ltda. R\$5.000,00.

Houve uma baixa no valor de R\$ 1.243.795,22 do valor histórico (reavaliado em 1999) do terreno e do imóvel sito a Rua São Bento, 413 – 7º and. – Edifício Martinelli – São Paulo – SP,



referente ao levantamento da ação de desapropriação nº 0020065-08.2010.8.26.0053 (053.10.020065-9) por desistência do recurso.

Cabe salientar que não é foco dessa Entidade o fim especulativo financeiro e por isso esses investimentos representam apenas 0,63% do seu Ativo Total.

i) Imobilizado: os bens imóveis, máquinas e equipamentos gráficos e veículos, estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliação espontânea em 31/12/99, e assegurados nas modalidades: Civil, Roubo e Incêndio, em quantia equivalente ao mercado em caso de eventual sinistro. Os demais itens que compõem o imobilizado estão contabilizados pelo custo original.

Foram baixadas 03 máquinas do departamento gráfico por venda, totalizando R\$ 1.526.739,36, e 03 veículos da frota antiga (ano 2016), para compra/renovação de 02 veículos 0km. Além disso, houve a compra de 105 computadores, entre desktops e notebooks para troca do parque de tecnologia que antes eram máquinas locadas.

No caso dos veículos, a direção continuará adotando como medida de redução de custos a substituição dos mais antigos por aquisições novas, porém se utilizando apenas do valor angariado com as vendas.

Os gastos com manutenção e reparos são registrados em contas de despesas quando incorridos.

A depreciação é calculada linearmente e apropriada somente sobre os bens móveis – no caso de algumas máquinas e equipamentos gráficos, a taxa variável, é conforme a vida útil do bem determinado pelo laudo técnico reavaliado desde anos anteriores; os veículos à taxa de 20% ao ano e, os demais bens móveis são depreciados normalmente.

A cada ano a apropriação da depreciação vem sofrendo redução por conta das vendas de máquinas ou mesmo por conta de outros bens estarem atingindo 100% da perda de seu valor histórico. Em 2020 a redução foi de 37,86% em relação a 2019. E em 2019 foi de 47,04% em relação a 2018.



Imobilizado	Depreciação do exercício	2020	2019
Terrenos	0,00	7.224.029,00	7.224.029,00
Construção e Edifícios	0,00	11.094.842,80	11.094.842,80
Máquinas e Equipamentos Gráficos	60.819,74	8.758.293,45	10.285.032,81
Veículos	150.896,27	925.487,72	960.406,92
Móveis e Utensílios	46.269,75	1.971.842,86	1.971.383,96
Equiptos. Comunicação, Segurança e Informática	117.391,49	3.313.858,06	2.753.876,91
Instalações	42.039,93	1.958.706,58	1.945.444,78
Depreciação Acumul. Máq.Eqptos, Veíc, Móveis e Instalações	-	-14.242.472,62	-15.452.051,97
Total	417.417,18	21.004.587,85	20.782.965,21

j) Intangível: Consiste nos direitos de uso de software e marcas e patentes registrados pelo custo de aquisição, com a classificação contábil de acordo com determinação da Lei 11.638/07. Houve um aumento no uso de direito de software devido às aquisições de licenças Exchange on line e Office 365, que antes eram cedidas pela empresa locadora das máquinas/computadores.

Intangível	2020	2019
Direito de Uso Software	1.836.402,89	1.573.849,94
Marcas e Patentes	39.422,07	39.422,07
Total	1.875.824,96	1.613.272,01

k) Passivo Circulante: corresponde à fornecedores de bens e serviços, administração de processos, encargos sociais a recolher, impostos e taxas a recolher, contas a pagar, contingências fiscais, judiciais, férias e encargos a pagar e outras obrigações. São demonstrados por valores nominais, exigíveis nos próximos doze meses e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Foram quitadas ações trabalhistas e execuções municipais, se utilizando do saldo das contingências judiciais e fiscais.

l) Passivo Não Circulante: corresponde a cauções recebidas, administração de processos, provisão para contingências fiscais e judiciais, contas a pagar e outras obrigações. São demonstradas por valores nominais, exigíveis nos exercícios seguintes e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Neste exercício foi provisionado



40% do superavit como contingências fiscais-judiciais por conta de ações municipais tributárias de cobrança de ISS e IPTU que ainda estão tramitando. Também foi transferido o montante de R\$ 3.000.000,00 da conta 2.2.9.03-provisão para contingências fiscais-judiciais de curto prazo para a conta 2.1.7.25-contingências fiscais, judiciais-outras de longo prazo, com base no valor dispendido no ano de 2020. Segue abaixo 02 (duas) tabelas que relacionam a composição do Passivo (circulante e não-circulante):

Composição de Outras Contas e Obrigações a Pagar	2020	2019
Repasse de Contribuições e Rescisões	150.428,48	4.259,41
Créditos a Restituir e não Reclamados	682.478,11	681.127,45
Honorários, Ocupação, Utilidades e Serviços e Outras Despesas a Pagar	5.468.414,06	5.781.310,98
Fornecedores	1.200.697,51	776.054,71
Impostos e Taxas a Recolher	289.234,31	285.060,83
Encargos Sociais a Recolher	599.407,47	367.492,56
Férias e Encargos a Pagar	1.546.554,19	1.452.529,38
Contingências Fiscais, Judiciais – Outras	4.295.648,27	3.997.408,26
Cauções Recebidas (parcerização) – Longo Prazo	467.303,82	432.854,92
Provisão p/ Contingências Fiscais e Judiciais – Longo Prazo	15.407.870,48	11.907.870,48
Total	30.108.036,70	25.685.968,98

Administração de Processo		
RTC e RTI	2020	2019
Saldo 31/12	62.728.321,39	63.415.974,40
Saldo inicial	63.415.974,40	61.692.479,06
Ingressos	109.376.187,27	122.949.929,28
Pagamentos	(110.063.840,28)	(121.226.433,94)
RTC e RTI = reclamação trabalhista coletiva e individual.		

m) Endividamento: o total do endividamento é 100% em moeda nacional e está composto basicamente de compromissos assumidos oriundos de suas operações cotidianas, e de créditos a favor dos bancários, conforme já foram citados no item anterior. Segue abaixo a segregação da dívida em curto e longo prazo, e o resultado do endividamento líquido:

- Dívida de curto prazo: representa 35,49% da dívida total de 2020 (2019 – R\$ 32.751 milhões, 36,76%), constituindo-se



de fornecedores e administração de processos relativos a créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento mensurável é de realização no próximo exercício. Além de conter obrigações fiscais, encargos sociais, contingências fiscais, judiciais e outras contas a pagar sem destaques por se tornarem irrelevantes perante o volume das ações.

- Dívida de longo prazo: representa 64,51% da dívida total de 2020 (2019 – R\$ 56.351 milhões, 63,24%) composta de cauções recebidas, administração de processos que representa créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento é de longo prazo e provisões para cobrir contingências de ações fiscais e judiciais.
- Endividamento Líquido: o endividamento bruto foi de R\$ 92.836 milhões, tendo um aumento de 4,02% em relação a 2019 (R\$ 89.102 milhões). Porém o endividamento líquido está negativo -R\$ 149 mil. Isso se deve porque o saldo de caixa e aplicações teve um aumento de suas disponibilidades de 9,83% em relação a 2019. Gerando uma folga financeira para a quitação das dívidas e garantia de manutenção do restante do patrimônio.

Endividamento					
Descrição	31/dez/2020		31/dez/2019		
	R\$ milhões	Moeda Local	Total	Moeda Local	Total
Curto Prazo		32.951	32.951	32.751	32.751
Longo Prazo		59.885	59.885	56.351	56.351
Endividamento Bruto		92.836	92.836	89.102	89.102
Caixa e Aplicações		92.985	92.985	83.844	83.844
Endividamento Líquido		(149)	(149)	5.258	5.258

n) O Patrimônio Líquido é composto de:

- Patrimônio social: R\$ 49.551 milhões - sendo R\$ 8.362 milhões a mais do que em 2019, por conta das transferências dos superávits de exercícios anteriores (2015-2018), conforme previsto em assembleia geral ordinária das demonstrações contábeis aprovadas em junho/2014.
- Reserva de reavaliação: R\$12.502 milhões - a reavaliação espontânea foi efetuada no ano de 1999 dos Imóveis e Maquinários da entidade. O saldo remanescente refere-se apenas à reavaliação dos Imóveis e Terrenos. A reavaliação dos maquinários já foi realizada em anos anteriores.



Neste ano foi feita a realização no valor de R\$ 1.145.276,62 referente a alienação do terreno e do imóvel sito a Rua São Bento, 413 – 7º and. – Edifício Martinelli – São Paulo – SP, por conta do levantamento da ação de desapropriação nº 0020065-08.2010.8.26.0053 (053.10.020065-9) por desistência do recurso – crédito em out/2020.

- Superávit Acumulado: R\$ 2.981 milhões - composto pelo superávit do exercício de 2019 e realização de reservas referente à alienação de bem imóvel já citada acima.

o) Ajuste de exercícios anteriores: não houve ajustes.

São Paulo, junho de 2021

**IVONE MARIA
DA SILVA**
Presidenta

**MARIA ROSANI G.A.
HASHIZUMI**
Secretária de Finanças

**CLAUDIO
TEIXEIRA JUNIOR**
Contador CRC 1SP 250776/O-4

O Relatório da Diretoria e as Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em uso da atribuição que lhe confere os artigos 47 a 49 do Estatuto da Entidade e de acordo com o art. 551, parágrafo 8º da CLT, analisou as peças constantes das demonstrações contábeis de que trata dos balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2020 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela secretaria de finanças é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da entidade, assim DELIBERA: Aprovar os balanços PATRIMONIAL E FINANCEIRO DE 2020. Submetê-los à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, convocada para este fim em 24 de junho de 2021, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 82 do Estatuto da entidade.

São Paulo, 14 de junho de 2021

**Antonio Alves de Souza
Cassio Toshiaki Murakami
Maikon Nunes Azzi
Marcelo Peixoto de Araújo
Marcelo Pereira de Sá**



EDITAL

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.651.675/0001-95, com registro sindical no M.T.E. sob nº L002P051, por sua Presidenta, abaixo assinada, convoca todos os empregados bancários, associados, em pleno gozo dos seus direitos estatutários, na base territorial deste sindicato (São Paulo, Barueri, Carapicuíba, Caucaia do Alto, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeçerica da Serra, Itapevi, Jandira, Jujutiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, São Lourenço da Serra, Santana do Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista), para participarem da assembleia ordinária que se realizará de forma remota/virtual no período das 19h às 21h, do dia 24 de junho de 2021, na forma disposta no link <https://assembleia.spbancarios.com.br>, onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte ordem do dia: 1. votação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2020. Ressalta-se que para garantir a publicidade e lisura da votação, as Demonstrações Contábeis ficarão disponíveis desde o dia 21 de junho de 2021 na Folha Bancária – portal <https://spbancarios.com.br/>. 2. Encerramento das atividades da Gráfica – Bangraf. Cabe esclarecer que a assembleia, ora convocada, será realizada de forma remota/virtual em decorrência do Estado de Calamidade Pública, conforme Lei nº 13.979/2020, bem como da impossibilidade de aglomeração de pessoas ante o risco de contágio pelo vírus COVID-19 (novo coronavírus).

São Paulo, 21 de junho de 2021

IVONE MARIA DA SILVA

Presidenta





SPBANCARIOS.COM.BR



O Brasil tem fome

Todo mundo pode fazer
algo para amenizar
esse sofrimento

>>>> bit.ly/bancario-solidario <<<<